



Projeto:
**“ACTION/Portugal – Reforço dos Sistemas de
 Proteção Social dos PALOP e Timor-Leste”**
Relatório de Avaliação Intermédia

| | |
|--|--|
| Designação: | Reforço dos Sistemas de Proteção Social dos PALOP e Timor-Leste |
| Países Beneficiários: | Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste |
| Código do Projeto | GLO/15/12/PRT¹ |
| Patrocinador: | Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social de Portugal |
| Duração: | setembro de 2015 a dezembro de 2018 |
| Orçamento global: | 3,504.345 EUR² |
| Período coberto pelo relatório: | setembro de 2015 a abril de 2017 |
| Preparado por: | Departamento de Proteção Social da OIT (SOCPRO/OIT)/ outubro 2017 |



MINISTÉRIO DO TRABALHO,
SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA
SOCIAL



Organização Internacional do Trabalho



Centro Internacional de Formação

¹ Este código refere-se à componente global do projeto. As outras componentes são: Genebra (GLO/15/58/PRT), CIF/Turim (P958644), Lusaca (Moçambique: RAF/15/50/PRT), Dakar (Cabo Verde e Guiné-Bissau: RAF/15/51/PRT), Yaoundé (Angola e São Tomé e Príncipe: RAF/15/52/PRT), e Jacarta (Timor-Leste: TLS/15/50/PRT).

² Este valor global do projeto encontra-se dividido pelos códigos dos projetos referidos na nota anterior.

Índice

| | |
|---|-----------|
| Lista de Acrónimos | 3 |
| Lista de tabelas | 4 |
| Lista de gráficos | 4 |
| Sumário Executivo | 5 |
| 1. Introdução e justificação da avaliação | 9 |
| 2. Síntese do projeto e suas atividades | 9 |
| 2.1. <i>Antecedentes do Projeto</i> | 9 |
| 2.2. Estratégia de implementação | 10 |
| 2.3. <i>Objetivos, indicadores, resultados e principais atividades previstas</i> | 11 |
| 2.4. <i>Grupos alvo e beneficiários</i> | 13 |
| 3. Princípios da avaliação realizada | 13 |
| 3.1. <i>Propósito, âmbito e objetivos</i> | 13 |
| 3.2. <i>Critérios e principais questões da avaliação</i> | 14 |
| 3.3. <i>Metodologia e instrumentos da avaliação</i> | 14 |
| 3.4. <i>Destinatários da avaliação</i> | 15 |
| 4. Resultados da avaliação e interpretação dos dados obtidos | 16 |
| 4.1. <i>Atividades realizadas</i> | 16 |
| 4.1.1. <i>Coordenação do Projeto</i> | 16 |
| 4.1.2. <i>Atividades formativas</i> | 17 |
| 4.1.3. <i>Atividades por País</i> | 18 |
| 4.1.4. <i>Atividades realizadas em 2017</i> | 20 |
| 4.2. <i>Avaliação do estado atual do projeto face aos seus objetivos imediatos</i> | 20 |
| 4.2.1. <i>Objetivo imediato 1</i> | 21 |
| 4.2.2. <i>Objetivo imediato 2</i> | 22 |
| 4.2.3. <i>Objetivo imediato 3</i> | 23 |
| 4.3. <i>Avaliação das atividades formativas</i> | 24 |
| 4.4. <i>Avaliação da situação ao nível nacional</i> | 26 |
| 4.4.1. <i>Angola</i> | 26 |
| 4.4.2. <i>Cabo Verde</i> | 26 |
| 4.4.3. <i>Guiné-Bissau</i> | 27 |
| 4.4.4. <i>Moçambique</i> | 27 |
| 4.4.5. <i>São Tomé e Príncipe</i> | 27 |
| 4.4.6. <i>Timor-Leste</i> | 27 |
| 4.5. <i>Interpretação dos dados</i> | 28 |
| 4.5.1. <i>Relevância</i> | 28 |
| 4.5.2. <i>Eficiência</i> | 28 |
| 4.5.3. <i>Eficácia</i> | 29 |
| 4.5.4. <i>Impacto</i> | 29 |
| 4.5.5. <i>Sustentabilidade</i> | 30 |
| 4.6. <i>Propostas para melhorar o desempenho do projeto</i> | 31 |
| 5. Conclusões | 34 |
| 6. Lições aprendidas | 36 |
| 7. Boas práticas | 38 |
| 8. Recomendações | 39 |
| 9. Anexos | 41 |
| 1. <i>Termos de referência para a avaliação intermédia do projeto “ACTION/Portugal”</i> | 41 |
| 2. <i>Documentação consultada</i> | 41 |
| 3. <i>Lista das pessoas inquiridas e/ou contactadas</i> | 41 |
| 4. <i>Relatório inicial/ “Inception Report”</i> | 41 |
| 5. <i>Questionário aos Técnicos/Gestores nacionais ligados ao projeto</i> | 41 |
| 6. <i>Questionário aos Técnicos da OIT intervenientes nas atividades do projeto</i> | 41 |
| 7. <i>Balanço das atividades já realizadas em 2017</i> | 41 |
| 8. <i>Resultados dos Questionários Técnicos/Gestores nacionais ligados ao projeto</i> | 41 |

| | | |
|-----|---|----|
| 9. | <i>Resultados dos Questionários aos Técnicos da OIT intervenientes no projeto</i> | 41 |
| 10. | <i>Resultados dos Questionários de Final de Atividade Formativa</i> | 41 |
| 11. | <i>Principais Lições Aprendidas (Formato OIT)</i> | 41 |
| 12. | <i>Principais Boas Práticas emergentes do Projeto (Formato OIT)</i> | 41 |

Lista de Acrónimos

| | |
|-----------|---|
| ABND/DNBA | <i>Assessment-Based National Dialogue</i> /Diálogo Nacional Baseado na Avaliação |
| ACI/AIC | <i>Area of Critical Importance (ILO)</i> /Área de Importância Crítica (OIT) |
| ACT/EMP | Bureau for Employers' Activities (Gabinete da OIT para as Atividades dos Empregadores) |
| ACTRAV | Bureau for Workers' Activities (Gabinete da OIT para as Atividades dos Trabalhadores) |
| APROSOC | Apoio à Proteção Social |
| CIF-OIT | Centro Internacional de Formação da OIT |
| CIPS | Centro de Informação sobre Proteção Social |
| CIT | Conferência Internacional do Trabalho |
| CONSILMO | Confederação Nacional dos Sindicatos Independentes e Livres de Moçambique |
| CPLP | Comunidade dos Países de Língua Portuguesa |
| CTA | Confederação das Associações Económicas de Moçambique |
| EVAL | Unidade de Avaliação (da OIT) |
| ICCA | Instituto Cabo-Verdiano da Criança e do Adolescente |
| IFAL | Instituto de Formação para a Administração Local (Angola) |
| INAS | Instituto Nacional de Acção Social (Moçambique) |
| INPS | Instituto Nacional de Previdência Social (Cabo Verde) |
| INSS | Instituto Nacional de Segurança Social |
| MAPESS | Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social (Angola) |
| MINARS | Ministério da Assistência e Reinserção Social (Angola) |
| MISAU | Ministério da Saúde (Moçambique) |
| MITESS | Ministério do Trabalho, Emprego e Segurança Social (Moçambique) |
| MTSSS | Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social de Portugal |
| NU | Nações Unidas |
| OIT | Organização Internacional do Trabalho |
| ONU | Organização das Nações Unidas |
| OTM-CS | Organização dos Trabalhadores de Moçambique - Central Sindical |
| PALOP | Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa |
| PAR/RAP | Protocolo de Avaliação Rápida/ <i>Rapid Assessment Protocol</i> |
| PPS | Piso de Proteção Social (da OIT) |
| PRODEV | Desenvolvimento de Programas e Cooperação Regional do CIF/OIT |
| PSCM-PS | Plataforma da Sociedade Civil Moçambicana para a Proteção Social |
| PTDP | Programa de Trabalho Digno por País |
| QFA | Questionários Finais de Avaliação |
| RTSS | Regime Transitório de Segurança Social (Timor-Leste) |
| SGS | Sistema de Gestão do Desempenho |
| SOCPRO | Social Protection Department (Departamento de Proteção Social da OIT) |
| SPER | Social Protection Expenditure and Performance Review (Avaliação da OIT sobre as despesas e desempenho da proteção social) |
| STEP | Estratégias e Técnicas de Luta contra a Exclusão Social e Pobreza, Programa da OIT |
| UNICEF | Fundo das Nações Unidas para a Infância |
| UNTA | União Nacional dos Trabalhadores Angolanos |

Lista de tabelas

| | |
|---|----|
| Tabela 1. Atividades formativas realizadas pelo ACTION/Portugal | 17 |
| Tabela 2. Distribuição por Países das Atividades Formativas | 18 |
| Tabela 3. Distribuição temporal das atividades | 18 |
| Tabela 4. Avaliação da implementação das atividades do objetivo 1 | 21 |
| Tabela 5. Avaliação da implementação das atividades do objetivo 2 | 22 |
| Tabela 6. Avaliação da implementação das atividades do objetivo 3 | 23 |
| Tabela 7. Principais realizações do Projeto por País | 30 |

Lista de gráficos

| | |
|--|----|
| Gráfico 1. Médias dos parâmetros das Atividades | 25 |
| Gráfico 2. Média da avaliação de cada Atividade | 26 |
| Gráfico 3. Relevância da Atividade Formativa (de 0 a 5) | 28 |
| Gráfico 4. Avaliação dos participantes nas atividades formativas | 29 |
| Gráfico 5. Médias atribuídas à implementação das atividades do projeto | 29 |

Sumário Executivo

O apoio do projeto assume a forma de assistência técnica, reforço de competências, acesso à informação e intercâmbio de conhecimentos, com atividades em quatro áreas de intervenção, alinhados com o novo Programa Mundial de Pisos de Proteção Social lançado por SOCPRO:

- I) Apoiar as instituições nacionais na conceção, implementação e avaliação de programas de proteção social com vista à implementação de Pisos Nacionais de Proteção Social, contribuindo para os processos de diálogo nacional relacionados com a extensão da cobertura e o aumento da eficiência dos sistemas de proteção social.
- II) Reforçar as capacidades e as competências das instituições nacionais para a implementação de sistemas abrangentes e integrados de proteção social através de atividades de capacitação.
- III) Favorecer o acesso dos PALOP e de Timor-Leste à informação, práticas e recursos didáticos de apoio aos processos de implementação ou extensão da proteção social disponíveis a nível regional e internacional, no contexto da Campanha Global.
- IV) Contribuir para o intercâmbio de conhecimentos relativos a inovações e boas práticas adotadas no âmbito da CPLP, em matéria de implementação e reforço dos Pisos de Proteção Social.

O objetivo de desenvolvimento do projeto ACTION/Portugal é o de contribuir para aumentar a cobertura dos sistemas de proteção social de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. Está estruturado em torno dos seguintes objetivos imediatos:

1. Os governos desenvolveram políticas, planos e programas para ampliar a cobertura da proteção social e / ou modificaram o quadro legal para a extensão da proteção social de acordo com as garantias básicas de proteção social.
2. Os governos desenvolveram políticas, planos e programas para ampliar a cobertura da proteção social e / ou modificaram o quadro legal para a extensão da proteção social de acordo com as garantias básicas de proteção social.
3. Os atores da proteção social melhoraram o seu acesso ao conhecimento e as suas capacidades para participarem na campanha global para a extensão da proteção social e transferiram boas práticas para outros países no quadro da cooperação Sul-Sul.

A matriz do quadro lógico inclui ainda um conjunto coerente de indicadores, de resultados e atividades que têm guiado toda a implementação, monitorização e avaliação do projeto.

A avaliação intermédia do projeto visou fortalecer as capacidades de análise do pessoal do projeto e fornecer recomendações para o restante período de execução, tendo sido definida pelos Termos de Referência oportunamente preparados por SOCPRO e tendo como principais objetivos:

- Determinar se o Projeto atingirá os seus objetivos estabelecidos e como eles estão ou não a ser alcançados até ao momento (ou seja, realizações e insuficiências na implementação do projeto);
- Determinar a efetividade e a eficiência da implementação do Projeto;
- Estabelecer a relevância da estratégia de implementação do projeto, dos resultados e do nível de sustentabilidade alcançado;
- Fornecer recomendações sobre etapas do período restante de implementação do projeto e para garantir a sustentabilidade dos seus resultados;
- Identificar lições aprendidas e boas práticas.

Os principais destinatários desta avaliação são as autoridades e funcionários do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social de Portugal, a OIT Genebra, o CIF-OIT, os escritórios da OIT em Lisboa, Dakar, Yaoundé, Kinshasa, Lusaca, Jacarta e Bangué e outros parceiros envolvidos no Projeto.

O Projeto ACTION/Portugal partiu de uma base sólida e estruturada pelo trabalho realizado pelas

várias fases do anterior projeto STEP/Portugal no apoio às políticas e aos mecanismos contributivos e não contributivos de proteção social, no reforço das capacidades das instituições responsáveis por esse domínio e na inserção dessas políticas e programas no quadro mais vasto da luta contra a pobreza, pela inclusão social e pelo acesso ao trabalho digno.

A disseminação de conhecimento, de documentação relevante e a prestação de assistência técnica regular às instituições nacionais de proteção social também beneficiam as organizações de trabalhadores e de empregadores, bem como as organizações da sociedade civil, contribuindo assim para melhorar efetivamente a sua capacidade técnica e o seu desempenho global.

No exercício de avaliação utilizaram-se métodos mistos que exploraram evidências quantificáveis e não quantificáveis, incluindo instrumentos diversificados de análise, partindo da análise da documentação relevante disponível e aplicando inquéritos/questionários a todos os Técnicos e Gestores das instituições nacionais que beneficiaram do apoio técnico fornecido pela OIT no quadro do projeto ACTION/Portugal, assim como dos peritos da OIT envolvidos no projeto.

A utilização de fontes diversificadas de informação, quer em termos de origem (gestores, responsáveis e técnicos quer da OIT quer das instituições nacionais) quer de momentos de análise (QFA no final das atividades formativas, questionários e entrevistas realizadas durante o período desta avaliação) permitiu uma verificação “cruzada” de dados e, assim, garantir a validade das conclusões e a pertinência das recomendações formuladas.

A interpretação dos dados da avaliação revela que o projeto é considerado pela generalidade dos inquiridos como **positivo**, o que é evidenciado pelos resultados dos diferentes **parâmetros avaliados**:

- **Relevância.** O projeto foi avaliado como relevante – tanto ao nível do seu desenho, como dos mecanismos de implementação - a partir das informações coletadas nos questionários aplicadas nesta avaliação e das respostas dadas nos QFA às questões “correspondência da formação para o desempenho do participante e para as necessidades da instituição” que são avaliadas muito positivamente, respetivamente, com 4,39 e 4,53 (sempre numa escala de zero a cinco).
- **Eficiência.** Dada a sua relação com custos e a forma como se implementaram as atividades, a eficiência foi analisada com base na avaliação atribuída pelos participantes nas atividades formativas aos seguintes aspetos: Adequação dos conteúdos aos objetivos (4,38), Métodos de aprendizagem (4,41), Pessoas-recurso (4,50), Materiais utilizados (4,40) e Qualidade geral da atividade (4,53), podendo concluir-se que todos estes parâmetros foram avaliados muito positivamente.
- **Eficácia.** A implementação do projeto até ao momento foi avaliada com base na classificação atribuída pelos Técnicos e Gestores nacionais ao nível atual de implementação das atividades previstas para atingir cada um dos seus 3 objetivos: 3,83; 3,88 e 4,02. Atendendo a que o projeto está numa fase intermédia, considera-se claramente positiva a avaliação ao nível de implementação das atividades previstas para cada objetivo imediato dada pelos Técnicos e Gestores nacionais.
- **Impacto.** Para estimar o potencial impacto atual do projeto identificaram-se, em cada país, as 3 principais realizações para as quais o projeto contribuiu. Da análise das realizações retidas pode constatar-se um impacto extremamente valioso da atividade do projeto nos sistemas de proteção social dos países beneficiários do seu apoio, apesar do contexto menos favorável e/ou dos pedidos de adiamento de atividades verificados, respetivamente, na Guiné-Bissau e em Angola.
- **Sustentabilidade.** O projeto tem criado condições que assegurem a persistência no tempo dos impactos que tem suscitado. Em particular, devem referir-se dois efeitos que permitem justificar que o projeto se encontra no bom caminho para assegurar a sua sustentabilidade: (i) ao nível institucional, a participação de 571 Técnicos e Gestores nacionais e membros

dos diferentes constituintes tripartidos da OIT (governo, organizações de trabalhadores e empregadores) de todos os países beneficiários contribui para a melhoria da capacidade das instituições intervenientes no domínio da proteção social em cada país; e (ii) ao nível político, a ação do projeto tem contribuído para colocar na ordem do dia a importância do fortalecimento dos sistemas de proteção social, considerando-os como essenciais para o combate à pobreza e a promoção da proteção/inclusão social.

As **conclusões** evidenciam a avaliação muito positiva atribuída pela grande maioria dos Técnicos inquiridos e pelos participantes nas atividades formativas implementadas no quadro do projeto. Contudo, deve salientar-se que, tal como a presença de especialistas da OIT nos países é um fator extremamente importante para um desenvolvimento positivo das atividades do projeto, a estabilidade de cada País e o interesse das autoridades nacionais afetam negativamente o seu desenvolvimento. No caso particular de Timor-Leste (e eventualmente de outros) com manifesto interesse em desenvolver um sistema abrangente de proteção social – justificar-se-á um maior envolvimento da OIT, mobilizando potenciais recursos adicionais que permitam responder às suas necessidades específicas neste domínio.

Ao nível das **lições aprendidas**, podem destacar-se os seguintes **aspectos positivos** da implementação do ACTION/Portugal até ao momento:

- Uma visão conjunta da situação dos sistemas de proteção social nos países beneficiários e uma melhor partilha da informação, dos conhecimentos e de experiências internacionais relevantes no domínio da proteção social.
- Uma adequada planificação das atividades, traduzida em planos de ação anuais que permitem avaliar de forma sistemática o avanço real do projeto e envolver os constituintes nacionais da OIT nas realizações do projeto.
- O grande interesse e alto nível de envolvimento por parte dos constituintes tripartidos na cooperação no âmbito do ACTION/Portugal.
- A coordenação estabelecida com o GEP do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social de Portugal, salientando-se a mais-valia do apoio e participação dos representantes das instituições portuguesas nos seminários de formação implementados.
- O envolvimento das representações diplomáticas de Portugal nos seminários realizados nos países destinatários.
- A boa articulação a todos os níveis entre a equipa da OIT (Genebra, Turim, Escritórios regionais e sub-regionais, PALOP e Timor-Leste) e o alinhamento das atividades do CIF/OIT com o trabalho de assistência técnica realizado nos diversos países.
- A capacidade do projeto para responder a solicitações pontuais não previstas das instituições nacionais no domínio da proteção social e a busca de sinergias entre o projeto e as intervenções de outras agências das NU e de parceiros internacionais (bi e multilaterais).
- A integração plena do projeto no “Programa Mundial para Construir Pisos de Proteção Social para Todos” visando apoiar os países na construção de pisos de proteção social (PPS) enquanto garantias de proteção social básica para todos através do desenvolvimento de capacidades para planear, conceber, implementar e operar regimes e sistemas apropriados ao contexto de cada país.
- Os esforços para promover a articulação entre as instituições dos sistemas de proteção social (instituições governamentais do Trabalho e Solidariedade, da Ação Social e da Saúde e não governamentais, tais como os representantes de empregadores e de trabalhadores).
- O bom nível de satisfação das instituições e dos países com as atividades realizadas, tal como foi demonstrado pelas respostas aos questionários preparados nesta avaliação e pelas entrevistas realizadas.

- A produção de estudos, documentos técnicos e vídeos ou documentários em língua portuguesa, disponíveis não apenas para os países destinatários do projeto, mas para toda a comunidade lusófona, assim como a criação de dinâmicas de Cooperação Sul-Sul entre os países lusófonos na partilha de conhecimentos e de experiências (PALOP e Timor-Leste).

Ainda ao nível das **lições aprendidas**, retêm-se como principais **desafios**:

- A impossibilidade de realizar atividades devido a condicionamentos político-institucionais a nível nacional, tais como a instabilidade política na Guiné-Bissau, as alterações de responsáveis institucionais em São Tomé e Príncipe e os pedidos de adiamento de atividades por Angola.
- As dificuldades acrescidas para realizar ou desenvolver atividades nos países onde não existe a presença física de um Escritório ou de um Especialista da OIT ou quando essa presença é insuficiente em termos de recursos disponíveis (como, por exemplo, é o caso de Timor-Leste).
- A gestão das expectativas nacionais e das respostas possíveis com os limitados recursos do projeto face aos grandes desafios e ao número de países destinatários, assim como os níveis muito diferentes de desenvolvimento dos sistemas de proteção social.
- A complexa e por vezes quase inexistente articulação entre as várias instituições implicadas nos sistemas de proteção social que dependem de diferentes tutelas (mais pronunciada em alguns países), o que é agravado pela burocracia institucional e as questões políticas a nível nacional.
- A escassez, em alguns países, de recursos humanos e financeiros para que possam implementar oportunamente as atividades suscitadas pelas iniciativas geradas pelo projeto.
- As dificuldades em fazer chegar informação prévia direta aos beneficiários das atividades de formação e em garantir um maior equilíbrio em termos de género nas atividades de formação.
- Um insuficiente conhecimento dos objetivos, resultados e atividades do projeto em instituições intervenientes em domínios situados fora do mandato dos Ministérios do Trabalho nacionais (Saúde, Ação Social, etc.), por dificuldades de comunicação existentes entre elas.

Algumas **recomendações** foram identificadas para manter e, se possível, melhorar o nível de desempenho do projeto na segunda parte da sua implementação:

- I) Continuar a planificar as atividades formativas em função da assistência técnica disponibilizada em cada país, aperfeiçoando o seguimento das formações e a sua réplica nas instituições;
- II) Reforçar a informação preliminar sobre as atividades formativas, sendo desejável a divulgação no início de cada ano do seu calendário;
- III) Melhorar o envolvimento dos decisores nacionais em matéria de proteção social, intervindo junto dos governos e países com dificuldades para identificar possíveis vias para a concretização dos objetivos do projeto;
- IV) Promover uma maior sensibilização dos representantes de trabalhadores e de empregadores, sobretudo na importância da área não contributiva, incrementando a realização de discussões tripartidas sobre proteção social;
- V) Avaliar ao nível dos escritórios de Dakar e Yaoundé os recursos disponíveis e, caso existam, a possibilidade de reforçar, respetivamente, as atividades em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe;
- VI) Manter o contacto com o INSS da Guiné-Bissau, convidando os seus representantes para eventuais ações formativas a nível regional, além de convidar técnicos angolanos para atividades formativas regionais e analisar a possibilidade de incluir, em 2018, algumas ações de apoio técnico no domínio da extensão da proteção social aos grupos de difícil cobertura;
- VII) Continuar a boa colaboração com outras iniciativas de ajuda ao desenvolvimento dos sistemas de proteção social (bi ou multilaterais), visando sempre a geração de sinergias, a complementaridade e a não duplicação de esforços;

- VIII) Insistir mais na superação das desigualdades de género, ou seja, reforçar capacidades para que sejam detetadas e eliminadas discriminações/lacunas no domínio da Proteção Social;
- IX) Melhorar a disseminação dos produtos de conhecimento, fomentando uma maior utilização do CIPS e do espaço do projeto ACTION/Portugal no Facebook;
- X) Atendendo à situação particular de Timor-Leste e, eventualmente, de outros países beneficiários, preparar documentos de projeto complementares ao ACTION/Portugal.

1. Introdução e justificação da avaliação

O presente relatório traduz os resultados de uma avaliação intermédia independente que visou fornecer recomendações para o seu período remanescente (até dezembro de 2018).

Nesta avaliação, definida pelos Termos de Referência em anexo 1, recorreu-se a diversificadas fontes de informação, para permitir sempre uma verificação “cruzada” dos resultados obtidos e, assim, validar a avaliação da qualidade da formação e da assistência técnica prestada, o impacto – aos níveis individual e institucional - verificado e fundamentar devidamente as conclusões, lições aprendidas e recomendações daí decorrentes.

Como instrumentos de avaliação, foi efetuada uma ampla e exaustiva revisão de todos os documentos relacionados com o projeto e com os sistemas de proteção social nos países destinatários, prepararam-se e realizaram-se questionários aos Técnicos/Gestores nacionais e da OIT envolvidos e mantiveram-se diálogos via Skype com estas partes interessadas.

Espera-se que os resultados desta avaliação independente constituam uma base sólida, credível e fundamentada para a continuidade das atividades do projeto e contribuam para a concretização do objetivo global do projeto de aumentar a cobertura dos sistemas de proteção social de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

2. Síntese do projeto e suas atividades

2.1. Antecedentes do Projeto

Os países beneficiários do projeto ACTION/Portugal apresentam grandes desafios relativos à redução da pobreza e lacunas importantes em matéria de cobertura de proteção social. Os baixos níveis de cobertura legal e efetiva dos regimes de segurança social não contributivos, contributivos e de saúde justificaram a implementação de um novo projeto destinado ao reforço dos sistemas de proteção social destes países.

Entre 2009 e 2013, a OIT, através das suas unidades especializadas, implementou diversas ações para os PALOP, nomeadamente o Projeto STEP/Portugal, visando reforçar competências e apoiar a formulação e implementação de políticas e programas de proteção social.

Este último projeto implementou ações de desenvolvimento e partilha de conhecimentos através da tradução e publicação de 14 documentos em português; da produção de 18 estudos, notas técnicas e recursos didáticos e do desenvolvimento e fortalecimento do Centro de Informação em Proteção Social (CIPS) realizado com base numa parceria entre o Projeto, a OIT-Lisboa e o Secretariado Executivo da CPLP e financiado, a partir de 2012, pela própria CPLP).

O quadro da proteção social nos seis países beneficiários do projeto requeria uma ação prioritária da OIT e um novo projeto que, com base na experiência, lições aprendidas e pontos fortes da intervenção precedente, coordenasse esforços no sentido de reforçar os sistemas de proteção social. O objetivo de desenvolvimento do projeto ACTION/Portugal é o de “contribuir para aumentar a cobertura dos sistemas de proteção social de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste”.

2.2. Estratégia de implementação

Em junho de 2012, a Conferência Internacional do Trabalho aprovou a instauração de um novo instrumento normativo internacional na forma de uma recomendação (R. 202) sobre Pisos Nacionais de Proteção Social.

A nível regional, o projeto ACTION/Portugal insere-se, por um lado, no âmbito das declarações de apoio ao desenvolvimento de pisos de proteção social resultantes das reuniões regionais da OIT para a África e Ásia e, por outro, no âmbito da CPLP pois está em consonância com as suas duas últimas declarações da Reunião de Ministros do Trabalho e dos Assuntos Sociais e com os discursos da CPLP na 103.ª Conferência Internacional do Trabalho e na 323.ª Sessão do Conselho de Administração da OIT.

O projeto integra a estratégia de Cooperação Sul-Sul da OIT na medida em que contribuirá para o intercâmbio de conhecimentos relativos a inovações e boas práticas adotadas no âmbito da CPLP em matéria de implementação e reforço dos Pisos de Proteção Social, bem como identifica(rá), facilita(rá) e apoia(rá) a implementação de acordos de Cooperação Sul-Sul no domínio da proteção social entre os PALOP e Timor-Leste.

O Projeto ACTION/Portugal partiu de uma base sólida e estruturada pelo trabalho realizado no anterior projeto STEP/Portugal no apoio às políticas e aos mecanismos contributivos e não contributivos de proteção social, no reforço das capacidades das instituições responsáveis nesse domínio e na inserção dessas políticas e programas no quadro mais vasto da luta contra a pobreza, pela inclusão social e pelo acesso ao trabalho digno.

O apoio do projeto foca-se na assistência técnica, reforço de competências, acesso à informação e intercâmbio de conhecimentos, com atividades em quatro áreas de intervenção, alinhadas com o novo Programa Mundial de Pisos de Proteção Social lançado por SOCPRO:

- I. Apoiar as instituições nacionais na conceção, implementação e avaliação de programas de proteção social com vista à implementação de Pisos Nacionais de Proteção Social, contribuindo para os processos de diálogo nacional relacionados com a extensão da cobertura. Esta área de intervenção é da responsabilidade principal de SOCPRO em Genebra e apoia os países no processo de aplicação da Recomendação n.º 202, visando a criação e extensão progressiva de Pisos de Proteção Social e de sistemas de segurança social completos, perenes e adaptados às circunstâncias nacionais.
- II. Reforçar as capacidades e as competências das instituições nacionais para a implementação de sistemas abrangentes e integrados de proteção social por meio de atividades de formação e capacitação. Esta área é da responsabilidade principal do CIF-OIT, prevendo um conjunto de atividades de formação e capacitação no quadro do Programa Mundial dos Pisos de Proteção Social e da Recomendação n.º 202.
- III. Favorecer o acesso dos PALOP e Timor-Leste à informação, práticas e recursos didáticos de apoio aos processos de implementação ou extensão da proteção social disponíveis a nível regional e internacional. Este eixo de intervenção desenvolve-se no contexto do Programa Mundial e é da responsabilidade principal de SOCPRO em Genebra.
- IV. Contribuir para o intercâmbio de conhecimentos relativos a inovações e boas práticas adotadas no âmbito da CPLP em matéria de implementação e reforço dos Pisos de Proteção Social. Este eixo de intervenção, da responsabilidade principal de SOCPRO, pretende promover a divulgação e o intercâmbio de experiências e boas práticas, no domínio da proteção social, entre os Estados membros da CPLP.

As atividades do Projeto ACTION/Portugal inserem-se no quadro da programação nacional da OIT, mais especificamente nos Programas de Trabalho Digno por País (PTDP).

2.3. Objetivos, indicadores, resultados e principais atividades previstas

O **objetivo de desenvolvimento** do projeto ACTION/Portugal é o de contribuir para aumentar a cobertura dos sistemas de proteção social de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

O projeto ACTION/Portugal está estruturado em torno da seguinte matriz do quadro lógico:

Objetivo imediato 1: Os governos desenvolveram políticas, planos e programas para ampliar a cobertura da proteção social e/ou modificaram o quadro legal para a extensão da proteção social de acordo com as garantias básicas de proteção social.

Indicadores:

- Número de países que estenderam a cobertura de proteção social ao abrigo de pelo menos uma das garantias de proteção social.
- Número de países que melhoraram os benefícios ou a administração de pelo menos um dos seus regimes de segurança social, de acordo com a Convenção n.º 102.

Resultados:

- 1.1 Relatórios técnicos sobre as políticas, planos e reformas legislativas nacionais para estender a cobertura da proteção social, elaborados e submetidos a consulta através de diálogo tripartido.
- 1.2 Realização de um processo de diálogo social a nível nacional, através da metodologia DNBA desenvolvida pela OIT.
- 1.3 Análises institucionais para melhorar a articulação, coordenação e supervisão de programas contributivos e não contributivos de proteção social.
- 1.4 Assistência técnica para a revisão da legislação nacional, a fim de melhorar a sua implementação.

Atividades:

- Recolher e analisar as necessidades expressas pelas diversas instituições nacionais em termos de assistência técnica, atualização de competências, e desenvolvimento e partilha de conhecimentos.
- Realizar avaliações sobre os níveis de articulação e coordenação dos sistemas de segurança social e propor recomendações para a melhoria dessas áreas, com o objetivo de aumentar a eficácia e eficiência dos sistemas de proteção social.
- Preparar avaliações nacionais dirigidas à identificação de lacunas na proteção social (lacunas legais e de cobertura, políticas, governança, igualdade de género, etc.), aplicando as ferramentas técnicas disponibilizadas por SOCPRO (SPER, ferramentas de cálculo de custos, guias de boas práticas, monitorização, avaliação, etc.).
- Com base no resultado anterior, preparar uma linha de base para o estado da proteção social nos PALOP, incluindo análise de lacunas na implementação das bases, com uma perspetiva de género.
- Realizar atividades tripartidas de diálogo social, aplicando a metodologia DNBA desenvolvida por SOCPRO.
- Elaborar uma análise comparativa da legislação nacional sobre a aplicação das normas internacionais da OIT.
- Apresentação, discussão tripartida e divulgação de análises legais para promover a adoção das Convenções da OIT sobre segurança social.

Objetivo imediato 2: Os países - e em particular as instituições de proteção social e as organizações de trabalhadores e de empregadores - desenvolveram as suas capacidades e competências para a implementação, monitorização e avaliação das políticas e programas relacionados com a extensão dos programas de proteção social.

Indicadores:

- Os países melhoram as suas estatísticas e indicadores para a monitorização das políticas e programas de proteção social.
- Os governos concebem, atualizam ou implementam mecanismos para melhorar o desempenho dos programas de proteção social, através da modernização das suas plataformas tecnológicas e da melhoria dos seus procedimentos administrativos.
- Número de funcionários públicos que os governos apoiaram para receber formação nas áreas de extensão da proteção social e aplicação das normas internacionais da OIT em relação à proteção social.

Resultados:

- 2.1 Análise das necessidades de assistência técnica por parte das instituições de proteção social.
- 2.2 Fortalecimento das capacidades de gestão operacional das instituições de proteção social, em termos do uso de plataformas de tecnologias da informação (TIC) e de sistemas estatísticos, bem como o desenvolvimento de indicadores.
- 2.3 Implementação de um programa de formação a nível nacional e regional (PALOP e Timor-Leste) para os gestores e profissionais das instituições e das organizações de trabalhadores e de empregadores (cursos, seminários e workshops são realizados em colaboração com o CIF-Turim).

Atividades

- Realizar exercícios para a análise das necessidades nacionais de assistência técnica.
- Realizar avaliações e recomendações para melhorar a gestão das instituições de proteção social, questões de financiamento, gestão de investimentos, entrega de prestações sociais, tecnologias da informação (TIC) e estatísticas e indicadores, entre outros.
- Realizar uma análise das capacidades de gestão das instituições de proteção social e propor melhorias na sua administração visando a extensão da cobertura, com ênfase nos grupos de difícil cobertura (economia informal, trabalhadores domésticos, migrantes, etc.) e incorporando uma perspetiva de género.
- Realizar uma análise das desigualdades de género no acesso à proteção social e formular e discutir recomendações para reduzir as desigualdades.
- Organizar seminários e workshops nacionais para apresentar e discutir as avaliações, análises e recomendações desenvolvidas com o apoio do Projeto, com a participação da equipa de gestão e dos quadros técnicos das instituições responsáveis pela proteção social e os constituintes tripartidos.
- Organizar atividades de formação aos níveis nacional e regional em colaboração com o CIF-Turim, procurando fortalecer a capacidade dos atores envolvidos na gestão da proteção social e nas suas políticas, incluindo representantes das organizações de trabalhadores e de empregadores.

Objetivo imediato 3: Os atores da proteção social melhoraram o seu acesso ao conhecimento e as suas capacidades para participarem na campanha global para a extensão da proteção social e transferiram boas práticas para outros países no quadro da cooperação Sul-Sul.

Indicadores:

- Número de materiais de apoio à gestão das políticas de proteção social divulgados e disponibilizados em português através do CIPS e da Plataforma de Proteção Social de SOCPRO;
- Número de países que aderiram à campanha global de extensão da proteção social, através de anúncios e declarações públicas oficiais;
- Número de boas práticas de proteção social que são partilhadas e adaptadas entre os Estados membros da CPLP, dentro de um contexto de Cooperação Sul-Sul, através do apoio fornecido pelo Projeto.

Resultados:

- 3.1. Materiais de apoio à gestão de políticas de proteção social preparados, traduzidos e divulgados em português.
- 3.2. Produção e divulgação de um conjunto de recursos audiovisuais, sistematizando as experiências na criação e extensão de pisos de proteção social na CPLP, em português e inglês.

3.3 Seminários regionais (PALOP e Timor-Leste) para o intercâmbio de experiências inovadoras e boas práticas adotadas no contexto da CPLP em matéria de implementação e reforço dos Pisos de Proteção Social (em colaboração com o CIF-Turim).

Atividades

- Identificação e tradução dos principais recursos educacionais e documentos produzidos pela OIT, abrangendo temas de interesse para os países beneficiários do projeto.
- Tradução de um conjunto de resumos técnicos nas seguintes áreas: extensão da proteção social no âmbito das estratégias de formalização; extensão da proteção social da saúde; implementação de pisos nacionais de proteção social.
- Divulgação dos documentos correspondentes, através do Centro de Informação sobre Proteção Social (CIPS) e da Plataforma de Proteção Social da OIT.
- Identificação e sistematização das experiências na criação e extensão de pisos de proteção social na CPLP, sob a forma de resumos técnicos.
- Produção de recursos audiovisuais sobre a atual situação da proteção social nos países da CPLP.
- Sistematização das experiências dos países da CPLP em relação à extensão da proteção social para públicos específicos.
- Tradução e ampla divulgação dos recursos audiovisuais produzidos, através do Centro de Informação sobre Proteção Social (CIPS) e da Plataforma de Proteção Social da OIT.
- Organização de seminários regionais (PALOP e Timor-Leste) para o intercâmbio/partilha de experiências e boas práticas (a serem realizados em colaboração com o CIF-Turim).

2.4. Grupos alvo e beneficiários

Os beneficiários finais previstos do projeto são as pessoas excluídas ou não cobertas adequadamente pela proteção social (regimes contributivos e não contributivos) e seus familiares.

O reforço dos sistemas de proteção social dos países passa necessariamente pelo fortalecimento da capacidade institucional dos constituintes tripartidos da OIT envolvidos e pela promoção de espaços, construtivos e inclusivos, de diálogo social pelo que os beneficiários diretos do projeto são as instituições públicas dos PALOP e de Timor-Leste envolvidas no desenvolvimento e implementação dos pisos nacionais de proteção social.

Além das instituições públicas ligadas à proteção social, o projeto reforça também a capacidade de outras organizações e estruturas, tais como:

- as organizações de trabalhadores e de empregadores envolvidas no desenvolvimento e implementação dos Pisos Nacionais de Proteção Social e na redução da exclusão social nos PALOP e em Timor-Leste;
- as estruturas de apoio da sociedade civil que conduzem ou estão envolvidas em ações de desenvolvimento e implementação dos Pisos Nacionais de Proteção Social nos PALOP e Timor-Leste.

3. Princípios da avaliação realizada

3.1. Propósito, âmbito e objetivos

A avaliação intermédia visa fortalecer as capacidades de análise da equipa do projeto e fornecer recomendações para o período restante, tendo sido definida pelos Termos de Referência anexos a este relatório.

Os principais objetivos desta avaliação foram os seguintes:

- Determinar se o Projeto atingirá os objetivos estabelecidos e como eles foram/não foram alcançados (ou seja, realizações e insuficiências na implementação do projeto);
- Determinar a efetividade e a eficiência da implementação do Projeto;
- Estabelecer a relevância da estratégia de implementação do projeto, dos resultados e do nível de sustentabilidade alcançado;
- Fornecer recomendações sobre as etapas do período restante de implementação do projeto e para garantir a sustentabilidade dos seus resultados;
- Identificar lições aprendidas e boas práticas.

A avaliação intermédia, prevista no próprio documento de projeto, centrou-se nas realizações do projeto e na contribuição para os esforços nacionais dos PALOP e de Timor-Leste para reforçar os respetivos sistemas de proteção social, abrangendo as componentes do projeto geridas pela OIT-Genebra, CIF-Turim e pelos Especialistas da OIT em Cabo Verde, Moçambique e Timor-Leste. O período avaliado é, no essencial, de setembro de 2015 a abril de 2017.

3.2. Critérios e principais questões da avaliação

A avaliação intermédia considerou o projeto como um todo, incluindo as questões de desenho inicial do projeto, a implementação, as lições aprendidas, a sua replicabilidade e as recomendações para programas atuais e futuros. Considerou-se ainda o contributo do projeto para a implementação e o fortalecimento dos sistemas de proteção social, bem como o grau em que essa contribuição está a ser alcançada como planeado e os fatores imprevistos (externalidades) em termos de resultados e produtos.

Os critérios de avaliação incluíram a relevância, a eficácia, a eficiência, o impacto e a sustentabilidade das ações desenvolvidas, sendo as principais questões da avaliação as seguintes:

- O desenho do projeto foi adequado?
- A sua implementação está a contribuir para alcançar os objetivos previstos?
- Quais as limitações encontradas na implementação das atividades e nas realizações do projeto?
- O projeto é relevante para os grupos-alvo (beneficiários finais) e para os principais interessados (beneficiários diretos)?
- Estão criadas condições para a sustentabilidade dos resultados do projeto?
- As questões de género foram tidas em conta?

3.3. Metodologia e instrumentos da avaliação

A avaliação intermédia foi realizada por um consultor independente com experiência em desenho, gestão, monitorização e avaliação de programas e projetos, e com conhecimento de políticas de proteção social.

A avaliação respeitou as Normas do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) da OCDE para a Qualidade da Avaliação, as quais estabelecem os pilares básicos necessários para garantir a qualidade dos processos e produtos de uma avaliação, garantindo a imparcialidade, a independência, a credibilidade e a utilidade do exercício de avaliação, assim como se baseou nos critérios adotados pelo CAD para avaliar a ajuda ao desenvolvimento: a relevância, a eficiência, a eficácia, o impacto e a sustentabilidade.

O processo de avaliação envolveu as seguintes etapas:

- i) Preparação e recolha de informação relacionada com o ACTION/Portugal (relatórios de projeto e quaisquer outros documentos relacionados com o projeto), cuja lista se apresenta no anexo 2).

- ii) Identificação das pessoas chave do projeto, quer ao nível dos Gestores/Técnicos das instituições nacionais quer da OIT (lista em [anexo 3](#)).
- iii) Redação de um relatório inicial³ (*inception report*), incluindo uma proposta metodológica e um plano tentativo de trabalho, apresentado e discutido com a OIT.
- iv) Preparação e aplicação de questionários aos Técnicos e/ou Gestores nacionais ([anexo 5](#)) e aos Técnicos da OIT ([anexo 6](#)) diretamente ligados aos sistemas de proteção social dos PALOP e Timor-Leste.
- v) Entrevistas, através do Skype, com pessoas chave envolvidas na implementação do ACTION/Portugal (Genebra, Turim, Cabo Verde, Moçambique, outros PALOP, Timor-Leste, Portugal).
- vi) Preparação de um relatório de avaliação interno, partilhado com o Coordenador do Projeto e a equipa ACTION/Portugal para comentários e contribuições que foram tidos em conta pelo Consultor na produção da versão final do relatório.

3.4. Destinatários da avaliação

Os principais destinatários desta avaliação são:

- Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social de Portugal;
- OIT Genebra;
- CIF-OIT;
- Escritórios da OIT em Lisboa, Dakar, Yaoundé, Kinshasa, Lusaca, Jacarta e Banguécoque;
- Outros parceiros envolvidos no Projeto.

³ Ver anexo 4.

4. Resultados da avaliação e interpretação dos dados obtidos

4.1. Atividades realizadas

No início de cada ano já decorrido desde o início do projeto ACTION/Portugal, a OIT procedeu à definição das prioridades estratégicas e da lista de atividades a serem realizadas anualmente em diálogo com as principais instituições nacionais envolvidas em cada uma das linhas de trabalho identificadas para cada um dos países beneficiários do projeto, após um processo de auscultação dos parceiros nacionais dos PALOP e de Timor-Leste. Esse processo envolve(u) o Departamento de Proteção Social da OIT em Genebra (SOCPRO), a equipa do Programa de Proteção Social, Governança e Tripartismo do Centro Internacional de Formação da OIT em Turim (CIF-OIT) e os especialistas da OIT nos países (em Cabo Verde, Moçambique e Timor-Leste).

A equipa de SOCPRO, CIF-OIT e peritos da OIT no terreno, estabeleceram as seguintes áreas de trabalho para o projeto ACTION/Portugal:

1. Coordenação do Projeto
2. Prestação de assistência técnica direta
3. Desenvolvimento de Conhecimentos
4. Difusão e Partilha de Conhecimentos

Nos subcapítulos seguintes descrevem-se as principais atividades realizadas em cada uma das áreas mencionadas.

4.1.1. Coordenação do Projeto

No início do projeto, foi criada a equipa que desempenha as funções necessárias à sua realização, tendo sido selecionados e recrutados três colaboradores, distribuídos por Genebra, cidade da Praia e Maputo. Em 2016 (final do 1.º trimestre), foi recrutado e iniciou funções, em Díli, um consultor em proteção social.

As principais atividades realizadas até ao momento nesta componente foram as seguintes:

- Elaboração dos Relatórios de Progresso de 2015 e 2016;
- Elaboração dos Planos de Ação da componente global do Projeto para 2016 e 2017;
- Coordenação Técnica com o CIF-OIT, os Escritórios da OIT (Dakar, Lusaca, Yaoundé e Bangué) e os Peritos no terreno para a realização de atividades de promoção e/ou assistência técnica na área da Proteção Social (ex.: seminários nacionais e ações de formação), apoio à definição de prioridades temáticas, resposta aos pedidos de cooperação feitos pelas instituições nacionais e consolidação dos Planos de Ação Nacionais.
- Participação e apoio à realização de fóruns, academias e outras atividades formativas realizadas nos países beneficiários, em Turim ou Lisboa.
- No domínio do desenvolvimento de conhecimentos, preparação de estudos e notas técnicas, baseados em experiências internacionais bem-sucedidas, que possam servir como material de apoio aos constituintes da OIT nos países destinatários bem como a outras partes interessadas na área da proteção social.
- Tradução para a língua portuguesa de diversos documentos (estudos, notas técnicas, resumos técnicos) e produção ou adaptação de vídeos divulgados na Plataforma de Proteção Social da OIT e no CIPS e que serviram como material de apoio audiovisual durante os seminários do ACTION/Portugal nos países, incluindo o desenvolvimento de um Pacote de Formação em português sobre a extensão do sistema de segurança social.
- Difusão e partilha de conhecimentos e de todos os produtos realizados através do Centro de Informação em Proteção Social – CIPS (instrumento estratégico resultante da cooperação entre o Secretariado Executivo da CPLP, o Escritório da OIT-Lisboa e o Projeto STEP/Portugal),

sendo a partilha de informação, experiências e boas práticas também promovida na Plataforma de Proteção Social da OIT.

4.1.2. Atividades formativas

A componente de formação do projeto ACTION/Portugal é executada pelo CIF/OIT, em estreita coordenação com cada um dos escritórios onde têm lugar as atividades programadas. Até ao momento, realizaram-se 21 atividades formativas e de diálogo nacional, com um total de 571 participantes dos PALOP e de Timor-Leste. As atividades realizadas constam da tabela seguinte.

Tabela 1. Atividades formativas realizadas pelo ACTION/Portugal

| Atividade | Datas | Local | Nº de participantes |
|---|-----------------|---------------------|---------------------|
| A158654 - Diálogo Social sobre o Sistema de Proteção Social em Cabo Verde | 8 e 9/10/2015 | Cabo Verde | 21 |
| A158656 - Sistema de Proteção Social em Moçambique: Caminho percorrido e desafios para o futuro | 2 e 3/11/2015 | Moçambique | 20 |
| A158658 - Sistema de Proteção Social em Angola: Estratégias para a Proteção Social na senda dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável | 17/11/2015 | Angola | 26 |
| A158659 - Diálogo Social sobre o Sistema de Proteção Social em São Tomé e Príncipe | 19 e 20/11/2015 | São Tomé e Príncipe | 30 |
| A358657 - Seminário de Diálogo Social sobre o Sistema de Proteção Social em Timor-Leste | 3 e 4/12/2015 | Timor-Leste | 27 |
| A158655 - Diálogo Social sobre o Sistema de Proteção Social na Guiné-Bissau | 21 e 22/01/2016 | Guiné-Bissau | 36 |
| A909327 - Seminário sobre o Reforço dos Sistemas de Proteção Social nos PALOP e Timor-Leste | 1 a 3/03/2016 | Itália | 25 |
| A1510114 - Proteção Social na Saúde: Financiamento do Acesso Universal à Saúde em Moçambique | 23 e 24/05/2016 | Moçambique | 22 |
| A1510113 - Estratégias para a Extensão da Proteção Social a Grupos de Difícil Cobertura em Moçambique | 25 e 26/05/2016 | Moçambique | 28 |
| A3510115 - Seminário de discussão da matriz e recomendações preliminares do processo de DNBA | 14 a 16/06/2016 | Timor-Leste | 44 |
| A1510110 - Seminário sobre governação financeira dos fundos de reserva da proteção social | 20 e 22/07/2016 | Cabo Verde | 30 |
| A1510119 - Seminário sobre a extensão da cobertura aos grupos de difícil cobertura | 26 e 27/09/2016 | Guiné-Bissau | 23 |
| A3510117 - Seminário conclusivo do processo de DNBA | 19 e 20/10/2016 | Timor-Leste | 23 |
| A1510120 - Proteção Social na Saúde em Moçambique: Proposta de um Sistema de Segurança universal de Saúde | 29 e 30/11/2016 | Moçambique | 31 |
| A1510118 - Curso sobre extensão da cobertura a grupos de difícil cobertura | 5 a 09/12/2016 | Cabo Verde | 18 |
| A1510582 - Seminário sobre a extensão da cobertura aos grupos de difícil cobertura | 20 a 24/02/2017 | Moçambique | 32 |
| A3510824 - Seminário de Preparação da Estratégia Nacional de Proteção Social de Timor-Leste | 29 e 30/03/2017 | Timor-Leste | 15 |

| | | | |
|--|-----------------|---------------------|------------|
| A1510568 - Curso sobre como gerir instituições de proteção social: princípios, opções políticas e instrumentos práticos | 5 a 07/04/2017 | São Tomé e Príncipe | 41 |
| A1510876 - Proteção Social na Saúde: Financiamento do Acesso Universal da Saúde em São Tomé e Príncipe | 10 e 11/04/2017 | São Tomé e Príncipe | 38 |
| A1510973 - Grupos de Difícil Cobertura: como estender o Direito à Proteção Social em Moçambique? | 30 e 31/05/2017 | Moçambique | 31 |
| A4510826 - Como desenvolver e implementar a Carta Social em Angola, Cabo Verde e Moçambique: Seminário e Visitas de Estudo | 7 a 09/06/2017 | Portugal | 10 |
| TOTAL | | | 571 |

As atividades formativas distribuíram-se por todos os países beneficiários, exceto os Seminários A909327 “Reforço dos Sistemas de Proteção Social nos PALOP e Timor-Leste” e A4510826 – “Como desenvolver e implementar a Carta Social em Angola, Cabo Verde e Moçambique: Seminário e Visitas de Estudo” que se realizaram, respetivamente, em Itália e Portugal. A distribuição por países foi a seguinte:

Tabela 2. Distribuição por Países das Atividades Formativas

| País de realização das atividades | Nº de Atividades | % |
|-----------------------------------|------------------|-------------|
| Angola | 1 | 4,8% |
| Cabo Verde | 3 | 14,3% |
| Guiné-Bissau | 2 | 9,5% |
| Itália | 1 | 4,8% |
| Moçambique | 6 | 28,6% |
| Portugal | 1 | 4,8% |
| São Tomé e Príncipe | 3 | 14,3% |
| Timor-Leste | 4 | 19% |
| Total | 20 | 100% |

Verifica-se que o maior número de atividades foi realizado em Moçambique e Timor-Leste. Em termos temporais, as atividades distribuíram-se da seguinte forma:

Tabela 3. Distribuição temporal das atividades

| Ano de Realização das Atividades | Nº | % |
|----------------------------------|-----------|-------------|
| 2015 | 5 | 23,8% |
| 2016 | 10 | 47,6% |
| 2017 | 6 | 28,6% |
| Total | 20 | 100% |

O objetivo da equipa de gestão do projeto era o de realizar no último trimestre de 2015 uma atividade formativa introdutória em cada país beneficiário, mas tal não foi possível em virtude de a atividade prevista para a Guiné-Bissau ter sido transferida para o início de 2016 (devido à situação existente neste país).

4.1.3. Atividades por País

Angola. Não obstante os esforços da OIT (incluindo uma reunião com os delegados angolanos presentes na 328.ª sessão do Conselho de Administração da OIT), o Plano de Ação para 2016 não foi concretizado em tempo oportuno.

O gabinete do Sr. Ministro da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social de Angola solicitou, no final de 2016, que as atividades previstas para Angola fossem adiadas para 2017 e, sucessivamente, no início de 2017, que essas atividades não poderiam ter lugar em 2017, por razões de natureza institucional. As atividades em questão são as seguintes:

- Apoio à realização de um diagnóstico da situação da cobertura da proteção social e propostas para a extensão aos grupos de difícil cobertura.
- Um subsequente seminário de apresentação e consolidação dos resultados do diagnóstico sobre extensão da cobertura do sistema de proteção social aos grupos de difícil cobertura.

Cabo Verde. Não obstante os três processos eleitorais ocorridos em 2016 e a transição do poder do PAICV para o MDP deles decorrente, tem-se verificado um bom ritmo de desenvolvimento das atividades programadas, incluindo dois campos principais de intervenção: um direcionado mais para o regime contributivo e outro mais direcionado para o regime não contributivo.

No *plano contributivo*, o trabalho realizado com o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) tem-se focado na capacitação promovida em parceria com o CIF-OIT (através de ações de formação técnica) e, para além da componente de capacitação, o INPS tem contado com apoio técnico do projeto para a conclusão do Plano Estratégico do INPS 2017-2019.

No plano não contributivo, as atividades foram redirecionadas (face às alterações políticas ocorridas) para o reforço institucional, particularmente para a criação de instrumentos de gestão e informação e introdução de uma nova prestação social, através do apoio à implementação do Cadastro Social Único e na preparação do Programa de Transferência de Rendimento (que se chamará Rendimento de Inclusão), tendo também tem sido feito um acompanhamento constante aos trabalhos realizados ao nível do Sistema de Cuidados. Todo este trabalho está a ser realizado em colaboração com outras agências do Sistema das Nações Unidas, nomeadamente o PNUD, UNICEF e ONUMULHERES, de forma a criar sinergias e potenciar os resultados.

O ACTION/Portugal tem trabalhado também em estreita colaboração com o PAENCE (Programa de Apoio à Estratégia de Criação de Emprego), um programa conjunto OIT/PNUD, tendo sido realizado um acompanhamento aos trabalhos de elaboração do “Diagnóstico e estratégia nacional de transição da economia informal à formal”, particularmente no que diz respeito à componente da proteção social.

Guiné-Bissau. Devido à instabilidade política no país desde agosto de 2015 (sucessivos governos em curtos períodos de tempo), tem havido necessidade de fazer ajustes às atividades inicialmente previstas, focando-se o projeto na realização de atividades somente direcionadas à vertente técnica, para evitar os constrangimentos de validação política e tomada de decisão e autorização por parte da tutela.

Mocambique. O Plano de Ação para Moçambique, definido no final de 2015 com base num diálogo aberto com as principais instituições nacionais, incluiu dois campos principais de intervenção: extensão da cobertura aos grupos de difícil cobertura e acesso universal aos cuidados de saúde.

Na realização das atividades constantes do Plano, o especialista da OIT em Maputo teve o Ministério do Trabalho, Emprego e Segurança Social (MITESS) e o Ministério da Saúde (MISAU) como seus principais interlocutores. As atividades realizadas e os resultados alcançados nas duas linhas de trabalho prioritárias definidas para 2016 foram (i) a extensão da cobertura aos grupos de difícil cobertura e (ii) o acesso universal aos cuidados de saúde, com a implementação de ações de capacitação e a prestação de apoio técnico regular. Na sequência do seminário “Proteção Social na Saúde: Financiamento do Acesso Universal à Saúde em Moçambique” foi acordado o estabelecimento de um “Grupo de Trabalho interinstitucional” sobre o “Financiamento do Acesso Universal à Saúde em Moçambique” (sob a liderança do MISAU e da OIT) e (ii) definida a necessidade de elaborar um diagnóstico sobre o financiamento dos cuidados de saúde em Moçambique. Salienta-se que o portfólio de projetos geridos pela OIT Maputo visando reforçar o

sistema de proteção social em Moçambique vai para além do projeto ACTION/Portugal, sendo este o único que é orientado ao reforço da componente contributiva do sistema moçambicano⁴.

São Tomé e Príncipe. Em linhas gerais, a divisão nacional entre o regime contributivo e o regime não contributivo tem definido os âmbitos de intervenção da OIT e, em particular, do ACTION/Portugal: uma intervenção forte ao nível da Direção da Proteção Social e de Solidariedade (DPSS); um apoio técnico à finalização do Plano Operacional da Estratégia Nacional de Proteção Social e sua divulgação; e, finalmente, o trabalho com o Instituto Nacional de Segurança Social (INSS), que foi adicionalmente financiado por outros fundos.

No trabalho realizado junto da DPSS realça-se um conjunto de 18 recomendações incluídas no Diagnóstico organizacional e funcional da DPSS, definidas em função da sua prioridade e refletindo os passos a empreender para que o regime não contributivo em São Tomé e Príncipe possa voltar a reorganizar-se e encontrar novas formas de trabalho para atingir resultados mais dinâmicos, eficientes, transparentes e eficazes. De salientar que a intervenção na componente contributiva está a ser realizada em conjunto com a UNICEF.

Timor-Leste. A OIT tem o Ministério da Solidariedade Social (MSS) como principal interlocutor na área da proteção social. Os Planos de Ação para Timor-Leste incluem dois campos que respondem às necessidades identificadas: (i) Assistência técnica no processo de elaboração de uma Estratégia Nacional de Proteção Social, baseada na realização de um exercício de “Diálogo Nacional Baseado num processo de Avaliação” - (DNBA) com o objetivo de melhorar a eficácia e a eficiência do atual sistema de Proteção Social e promover a implementação gradual de um Piso de Proteção Social no país; (ii) o apoio à aprovação e início da implementação do novo Regime Contributivo da Segurança Social, tendo sido aprovado, em 13 de outubro de 2016, o Decreto-Lei para a criação do Instituto Nacional de Segurança Social (INSS).

4.1.4. Atividades realizadas em 2017

Com base no plano de trabalho aprovado para 2017, foi feita uma avaliação do estado da progressão das atividades programadas para o ano corrente, cujos resultados se incluem no anexo Z a este relatório.

Pode constatar-se que a grande maioria das atividades programadas foi realizada e que, salvo a ocorrência de fatores externos ao projeto e fora do seu controlo, o plano previsto para o ano em curso será cumprido na sua globalidade.

4.2. Avaliação do estado atual do projeto face aos seus objetivos imediatos

A avaliação do progresso do projeto foi baseada na análise dos relatórios anuais e na apreciação que os destinatários dos questionários já referidos fizeram sobre o nível de realização a cada uma das atividades que permitirão alcançar os resultados previstos e atingir os objetivos imediatos definidos para o projeto.

Nos anexos 8 e 9 apresentam-se respetivamente os Resultados dos Questionários dirigidos aos

⁴ A OIT em Moçambique tem estado a implementar projetos e programas que complementam o apoio disponibilizado através do ACTION/Portugal, mas focando a área não contributiva, tais como o Programa Conjunto das Nações Unidas para a Proteção Social em Moçambique, financiado pela Suécia e implementado juntamente com a UNICEF e o PMA, no período 2012-2017 (uma nova fase foi recentemente aprovada e irá ser implementada no período 2018-2020 pela OIT e UNICEF, com financiamento da Suécia, DFID e Holanda), entre outros.

O apoio fornecido pela OIT na área não contributiva em Moçambique através do Programa Conjunto das Nações Unidas tem focado principalmente a área de desenvolvimento do quadro político, legal e institucional (desenho da Estratégia Nacional de Proteção Social Básica 2016-2024), melhoria da eficácia do sistema (informatização, aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão) e advocacia junto dos decisores políticos para aumentar os recursos dedicados à proteção social básica (sessões com deputados, Ministério de Economia e Finanças, FMI, jornalistas, sociedade civil, partidos políticos, visitas de estudo, organização anual da Semana da Proteção Social, etc.), entre outros.

A coordenação e complementaridade entre as várias intervenções da OIT na área de proteção social em Moçambique é garantida por uma gestão única pela mesma equipa de todo o portfólio de projetos existentes.

Técnicos/Gestores nacionais e aos Técnicos da OIT, ligados ou intervenientes no projeto.

4.2.1. Objetivo imediato 1

O objetivo imediato n.º 1 do projeto é que “os governos desenvolveram políticas, planos e programas para ampliar a cobertura da proteção social e / ou modificaram o quadro legal para a extensão da proteção social de acordo com as garantias básicas de proteção social”.

Para cada atividade prevista no quadro deste objetivo, questionaram-se os Técnicos/Gestores Nacionais e os Técnicos da OIT sobre a avaliação do seu desenvolvimento até ao momento da aplicação de cada questionário.

A avaliação obtida por atividade apresenta-se na tabela seguinte, sendo valorada de 1 (nada realizado) a 5 (totalmente realizada).

Tabela 4. Avaliação da implementação das atividades do objetivo 1

| Atividade | País | Angola | Cabo Verde | Guiné-Bissau | Moçambique | São Tomé | Timor-Leste | Médias | | |
|---|------|----------|-------------|--------------|-------------|------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| | | | | | | | | Nacionais | OIT | Geral |
| 1.1. Recolher e analisar as necessidades expressas pelas diversas instituições nacionais em termos de assistência técnica, atualização de competências, e desenvolvimento e partilha de conhecimentos. | | 2 | 5 | 4 | 3,67 | 2,75 | 3,4 | 3,37 | 4,7 | 4,04 |
| 1.2. Realizar avaliações sobre os níveis de articulação e coordenação dos sistemas de segurança social e propor recomendações para a melhoria dessas áreas, com o objetivo de aumentar a eficácia e eficiência dos sistemas de proteção social. | | 2 | 4 | 5 | 3,67 | 3,5 | 4,4 | 3,68 | 4,2 | 3,94 |
| 1.3. Preparar avaliações nacionais dirigidas à identificação de lacunas na proteção social (lacunas legais e de cobertura, políticas, governança, igualdade de género, etc.), aplicando as ferramentas técnicas disponibilizadas por SOCPRO (SPER, ferramentas de cálculo de custos, guias de boas práticas, monitorização, avaliação, etc.). | | 2 | 3 | 5 | 3,5 | 3,5 | 4,2 | 3,63 | 3,8 | 3,72 |
| 1.4. Com base no resultado anterior, preparar uma linha de base para o estado da proteção social nos PALOP, incluindo análise de lacunas na implementação das bases, com uma perspetiva de género. | | 2 | 3,5 | 5 | 3,67 | 3 | 3 | 3,32 | 3,8 | 3,56 |
| 1.5. Realizar atividades tripartidas de diálogo social, aplicando a metodologia DNBA desenvolvida por SOCPRO. | | 2 | 4 | 5 | 3,83 | 3,5 | 4,2 | 3,68 | 4,5 | 4,09 |
| 1.6. Elaborar uma análise comparativa da legislação nacional sobre a aplicação das normas internacionais da OIT. | | 2 | 4 | 5 | 3,5 | 3,75 | 2,6 | 3,21 | 4,2 | 3,71 |
| 1.7. Apresentação, discussão tripartida e divulgação de análises legais para promover a adoção das Convenções da OIT sobre segurança social. | | 2 | 4 | 5 | 3,5 | 4,5 | 3 | 3,58 | 3,9 | 3,74 |
| Média do objetivo 1 | | 2 | 3,93 | 4,86 | 3,62 | 3,5 | 3,54 | 3,50 | 4,16 | 3,83 |

Uma análise detalhada da tabela anterior permite formular as seguintes considerações:

- Com exceção de Angola, todos os países valorizam a implementação das atividades do objetivo 1, até ao momento, com notação superior a 3.
- A valoração das atividades atribuída por Angola é influenciada por dois fatores, nomeadamente os atrasos na implementação verificada a pedido dos responsáveis nacionais e o projeto não ter qualquer representante permanente no País.
- Entre as atividades dos restantes países que recebem notação inferior a 3, incluem-se a *“recolha e análise das necessidades expressas pelas diversas instituições nacionais em termos de assistência técnica, atualização de competências e desenvolvimento de conhecimento e partilha de conhecimentos”* (São Tomé e Príncipe) e a *“elaboração de uma análise comparativa da legislação nacional sobre a aplicação das normas internacionais da OIT”* (Timor-Leste).
- Contudo, em termos gerais todas as atividades são avaliadas positivamente, quer pelos Técnicos/Gestores Nacionais quer pelos Técnicos da OIT envolvidos na implementação do projeto, o que é refletido na apreciação global das atividades deste objetivo (3,83 pontos).

4.2.2. Objetivo imediato 2

Tal como para o objetivo anterior, apresenta-se na tabela seguinte a avaliação atribuída pelas pessoas inquiridas nos questionários a cada atividade do objetivo imediato 2.

Tabela 5. Avaliação da implementação das atividades do objetivo 2

| Atividade | País | Angola | Cabo Verde | Guiné-Bissau | Moçambique | S. Tomé | Timor-Leste | Médias | | |
|---|------|--------|------------|--------------|------------|---------|-------------|-----------|------|-------------|
| | | | | | | | | Nacionais | OIT | Geral |
| 2.1. Realizar exercícios para a análise das necessidades nacionais de assistência técnica. | | 2 | 4,5 | 5 | 3,67 | 2,75 | 3 | 3,21 | 4,4 | 3,81 |
| 2.2. Realizar avaliações e recomendações para melhorar a gestão das instituições de proteção social, questões de financiamento, gestão de investimentos, entrega de prestações sociais, tecnologias da informação (TIC) e estatísticas e indicadores, entre outros. | | 2 | 4,5 | 5 | 3,5 | 3,75 | 2,75 | 3,47 | 4,4 | 3,94 |
| 2.3. Realizar uma análise das capacidades de gestão das instituições de proteção social e propor melhorias na sua administração visando a extensão da cobertura, com ênfase nos grupos de difícil cobertura (economia informal, trabalhadores domésticos, migrantes, etc.) e incorporando uma perspetiva de género. | | 2 | 3,5 | 4 | 3,67 | 3 | 2,6 | 3,05 | 4 | 3,53 |
| 2.4. Realizar uma análise das desigualdades de género no acesso à proteção social e formular e discutir recomendações para reduzir as desigualdades. | | 2 | 3,5 | 4 | 3,4 | 2 | 2,8 | 2,78 | 4,1 | 3,44 |
| 2.5. Organizar seminários e workshops nacionais para apresentar e discutir as avaliações, análises e recomendações desenvolvidas com o apoio do Projeto, com a participação da equipa de gestão e dos quadros técnicos das instituições responsáveis pela proteção social e os constituintes tripartidos. | | 2 | 4 | 4 | 4 | 3,5 | 5 | 3,8 | 4,67 | 4,24 |

| | | | | | | | | | |
|--|----------|-------------|------------|-------------|-------------|-------------|------------|-------------|-------------|
| 2.6. Organizar atividades de formação aos níveis nacional e regional em colaboração com o CIF-Turim, procurando fortalecer a capacidade dos atores envolvidos na gestão da proteção social e nas suas políticas, incluindo representantes das organizações de trabalhadores e de empregadores. | 2 | 3,5 | 5 | 4,6 | 3,75 | 4,8 | 4,06 | 4,6 | 4,33 |
| Média do objetivo 2 | 2 | 3,92 | 4,5 | 3,81 | 3,13 | 3,49 | 3,4 | 4,36 | 3,88 |

A análise da tabela anterior permite salientar as seguintes apreciações:

- Tal como nos anteriores objetivos, todos os países, com exceção de Angola, valorizam globalmente a implementação das atividades do objetivo 2 do projeto, até ao momento, com notação superior a 3.
- São avaliadas com notação inferior a 3 as atividades “*realização de exercícios para análise das necessidades nacionais de assistência técnica*” (São Tomé e Príncipe), “*realização de avaliações e recomendações para melhorar a gestão das instituições de proteção social, questões de financiamento, gestão de investimentos, entrega de benefícios, tecnologias da informação (TIC) e estatísticas e indicadores*” (Timor-Leste), “*realização de uma análise das capacidades de gestão das instituições de proteção social e proposta de melhorias na sua administração visando o alargamento da cobertura, com ênfase nos grupos de difícil cobertura*” (Timor-Leste) e “*realização de uma análise das desigualdades de género no acesso à proteção social e formulação e discussão de recomendações para reduzir as desigualdades*” (São Tomé e Príncipe e Timor-Leste).
- Em termos gerais, as atividades deste objetivo são valoradas positivamente, quer pelos Técnicos/Gestores Nacionais quer pelos Técnicos da OIT envolvidos na implementação do projeto, o que é evidenciado na apreciação global das atividades deste objetivo (3,88 pontos).

4.2.3. Objetivo imediato 3

Tal como para os anteriores objetivos, apresenta-se na tabela seguinte a avaliação atribuída pelos inquiridos nos questionários a cada atividade do objetivo imediato 3.

Tabela 6. Avaliação da implementação das atividades do objetivo 3

| Atividade | País | Angola | Cabo Verde | Guiné-Bissau | Moçambique | S. Tomé | Timor-Leste | Médias | | |
|---|------|--------|------------|--------------|------------|---------|-------------|-----------|-----|-------------|
| | | | | | | | | Nacionais | OIT | Geral |
| 3.1. Identificação e tradução dos principais recursos educacionais e documentos produzidos pela OIT, abrangendo temas de interesse para os países beneficiários do projeto. | | 2 | 3,67 | 5 | 4 | 3,5 | 4,5 | 3,94 | 4,7 | 4,32 |
| 3.2. Tradução de um conjunto de resumos técnicos nas seguintes áreas: extensão da proteção social no âmbito das estratégias de formalização; extensão da proteção social da saúde; implementação de pisos nacionais de proteção social. | | 2,5 | 2,5 | 5 | 3,25 | 3,5 | 3,5 | 3,72 | 4,6 | 4,16 |
| 3.3. Divulgação dos documentos correspondentes, através do Centro de Informação sobre Proteção Social (CIPS) e da Plataforma de Proteção Social da OIT. | | 2 | 3 | 5 | 3,67 | 3,5 | 3,4 | 3,65 | 4,6 | 4,13 |
| 3.4. Identificação e sistematização das experiências na criação e extensão de pisos | | 2 | 3 | 5 | 3,5 | 3,5 | 3,2 | 3,39 | 4 | 3,7 |

| | | | | | | | | | |
|---|-------------|-------------|----------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| de proteção social na CPLP, sob a forma de resumos técnicos. | | | | | | | | | |
| 3.5. Produção de recursos audiovisuais sobre a atual situação da proteção social nos países da CPLP. | 1,5 | 4 | 5 | 3,33 | 3,5 | 3,25 | 3,72 | 3,7 | 3,71 |
| 3.6. Sistematização das experiências dos países da CPLP em relação à extensão da proteção social para públicos específicos. | 2 | 3 | 5 | 3,33 | 3 | 3 | 3,5 | 4,4 | 3,95 |
| 3.7. Tradução e ampla divulgação dos recursos audiovisuais produzidos, através do Centro de Informação sobre Proteção Social (CIPS) e da Plataforma de Proteção Social da OIT. | 1,5 | 5 | 5 | 3,33 | 3 | 2,6 | 3,33 | 4,5 | 3,92 |
| 3.8. Organização de seminários regionais (PALOP e Timor-Leste) para o intercâmbio/partilha de experiências e boas práticas (a serem realizados em colaboração com o CIF-Turim). | 3 | 4 | 5 | 3,75 | 3,5 | 3,8 | 3,72 | 4,8 | 4,26 |
| Média do objetivo 3 | 2,06 | 3,52 | 5 | 3,52 | 3,38 | 3,41 | 3,62 | 4,41 | 4,02 |

Na tabela anterior, podem retirar-se as seguintes apreciações:

- Com exceção de Angola, todos os países valorizam globalmente a implementação das atividades, até ao momento, com notação superior a 3.
- Foram valoradas com notação inferior a 3, as atividades “tradução de um conjunto de resumos técnicos” (Cabo Verde) e “tradução e ampla divulgação dos recursos audiovisuais produzidos, através do Centro de Informação sobre Proteção Social (CIPS) e da Plataforma de Proteção Social da OIT” (Timor-Leste).
- Contudo, em termos gerais a implementação de todas as atividades é avaliada muito positivamente, quer pelos Técnicos/Gestores Nacionais quer pelos Especialistas da OIT envolvidos na implementação do projeto, o que é refletido na notação geral atribuída às atividades deste objetivo (4,02 pontos).

4.3. Avaliação das atividades formativas

No final de cada atividade, os participantes nas ações do CIF/OIT são, em regra, solicitados para avaliarem a atividade que acabaram de frequentar. Para todas as ações, o questionário aplicado incluiu as seguintes questões:

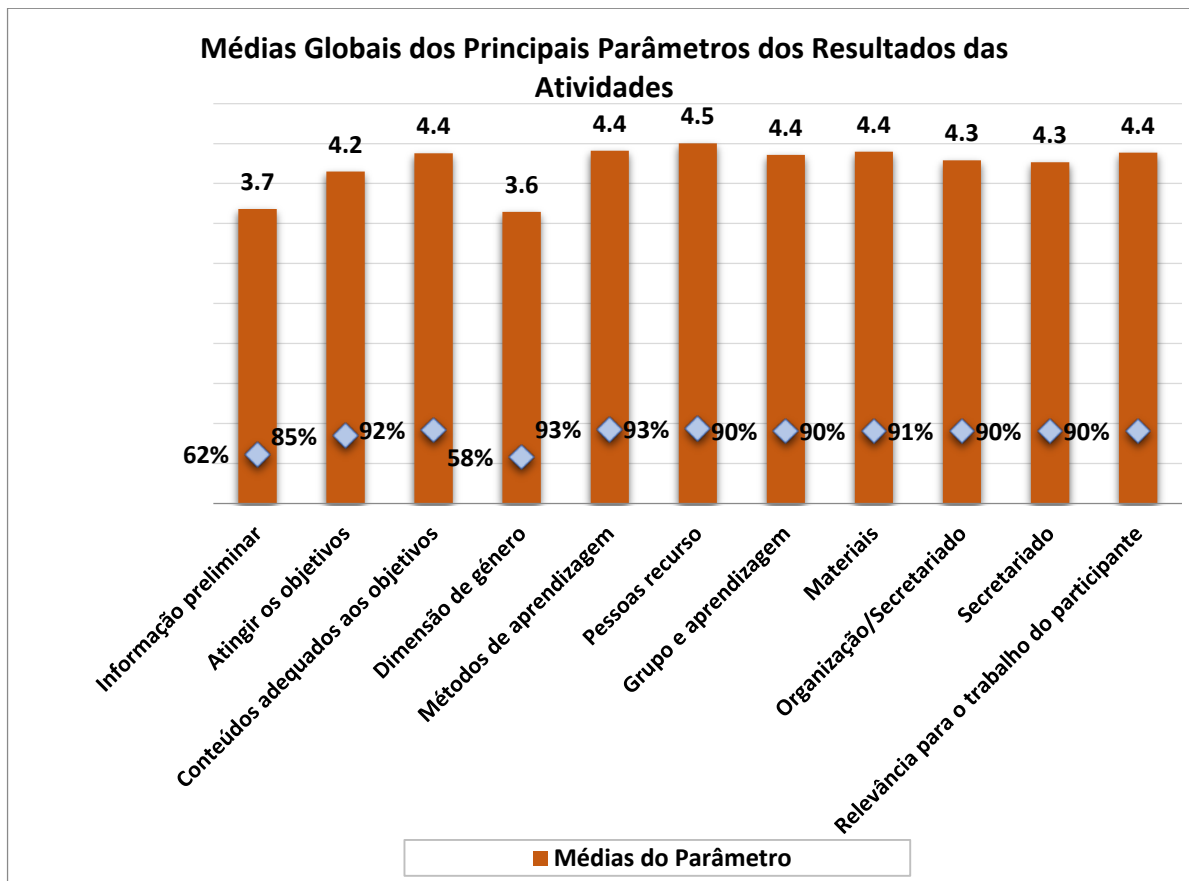
- 1) Antes de participar na atividade, tinha suficientes informações para entender se esta poderia corresponder às suas necessidades de aprendizagem?
- 2) Em que medida os objetivos da atividade foram alcançados?
- 3) Dado os objetivos da atividade, quão apropriados foram os conteúdos da atividade?
- 4) As questões de género foram adequadamente integradas na formação?
- 5) Os métodos de aprendizagem utilizados foram geralmente apropriados?
- 6) Como avalia a contribuição global das pessoas-recurso?
- 7) O grupo de participantes com quem participou da atividade contribuiu para a sua aprendizagem?
- 8) Os materiais utilizados durante a atividade foram apropriados?
- 9) Considera que a organização/secretariado administrativo foi eficiente?
- 10) Os métodos utilizados para avaliar a sua aprendizagem são adequados?
- 11) Como poderá aplicar algo do que aprendeu?

12) Qual a probabilidade de a sua instituição/empregador beneficiar da sua participação nesta atividade?

13) Está satisfeito com a qualidade geral da atividade?

Os gráficos com os resultados dos QFA (Questionários Finais de Avaliação) estão incluídos no [anexo 10](#) a este relatório. Em termos globais, no gráfico 1 incluem-se as médias atribuídas pelos participantes a cada um dos parâmetros avaliados.

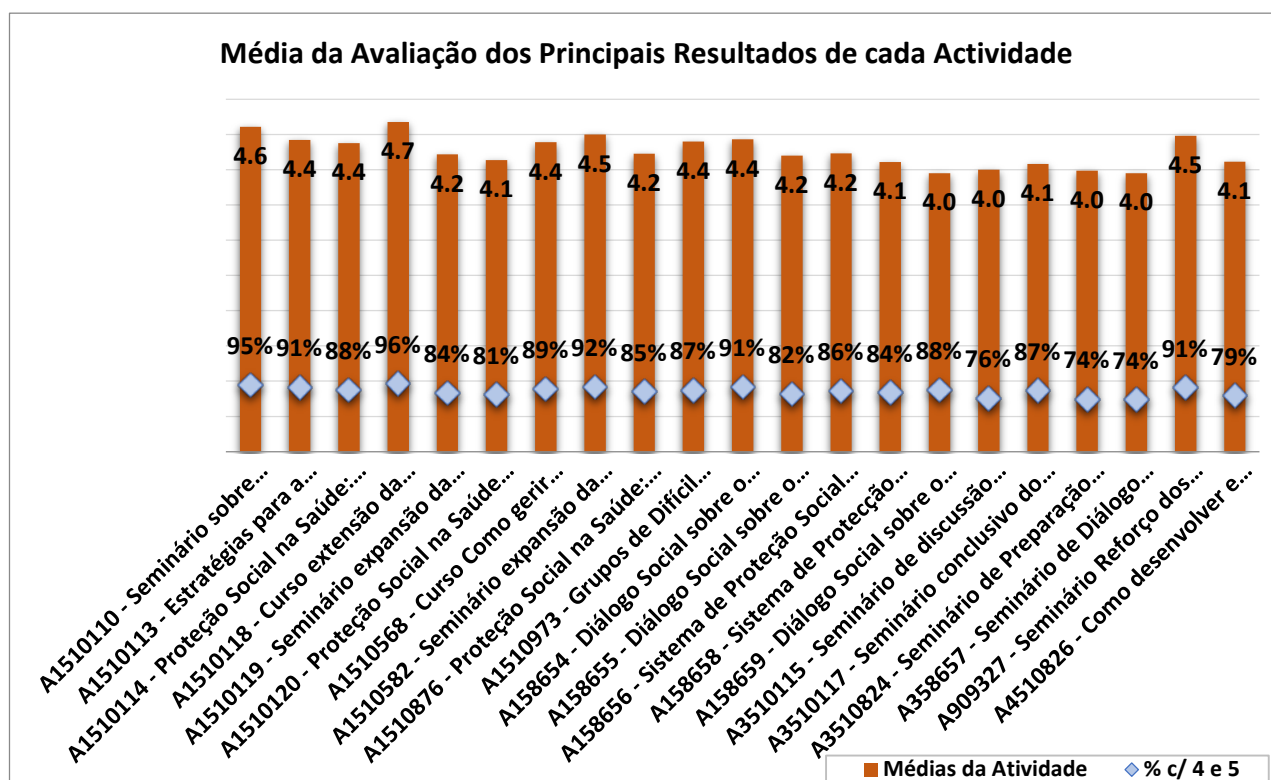
Gráfico 1. Médias dos parâmetros das Atividades



Verifica-se que apenas os parâmetros “Informação preliminar” e “Dimensão de género” têm uma avaliação menos boa (3,7 e 3,6), sendo a média global de todos os parâmetros em todas as atividades de 4,27.

As médias globais atribuídas pelos participantes a cada atividade são reflexo da avaliação de cada parâmetro e constam do gráfico seguinte:

Gráfico 2. Média da avaliação de cada Atividade



Verifica-se ainda que todas as atividades têm uma avaliação claramente positiva, com uma notação média sempre superior a 4 (numa escala de 1 a 5) e mais de 74% atribuindo notas de 4 e 5.

4.4. Avaliação da situação ao nível nacional

A situação atual do projeto, em cada país destinatário, é diferenciada devido a dois fatores fundamentais: (i) a situação do país, o interesse e envolvimento das autoridades nacionais na implementação das atividades do projeto, na produção dos seus resultados e na concretização dos objetivos definidos e (ii) a presença permanente ou não de Especialistas do Projeto apoiando a realização das atividades através da prestação de assistência técnica regular aos constituintes tripartidos da OIT.

4.4.1. Angola

A implementação das atividades do projeto tem sido sucessivamente adiada a pedido das autoridades nacionais.

Espera-se que, após a realização das eleições gerais em agosto de 2017 e a tomada de posse do novo executivo (setembro de 2017), o ritmo de implementação das atividades possa ser incrementado e recuperado algum do atraso existente.

Não obstante o adiamento de atividades, os Técnicos nacionais têm participado nas ações formativas realizadas quer em Angola (atividade “Sistema de Proteção Social em Angola: Estratégias para a Proteção Social na senda dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável”) quer nas destinadas aos diferentes países que foram realizadas em Cabo Verde, Lisboa e Turim⁵.

4.4.2. Cabo Verde

Embora tenha havido alguns adiamentos no ano de 2016 devido à realização de eleições gerais e municipais e às alterações governativas delas decorrentes, as atividades do projeto em Cabo Verde

⁵ A recente nomeação do Dr. Jesus Faria Maiato como novo Ministro da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social de Angola - diretamente envolvido no projeto ACTION/Portugal e inclusive participante, em várias atividades do projeto - poderá conduzir a um cenário mais favorável para o desenvolvimento das atividades.

prosseguem a bom ritmo, tendo sido concluídas as atividades previstas, até ao momento, nos planos de trabalho.

A implementação do ACTION/Portugal em Cabo Verde conta com a colaboração permanente de uma Especialista da OIT e inclui dois níveis principais de intervenção: no plano contributivo, através de uma estreita colaboração com o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) e no plano não contributivo com o Ministério da Família e Inclusão Social, designadamente através da Direcção-Geral de Inclusão Social e o Centro Nacional de Pensões Sociais.

4.4.3. Guiné-Bissau

Conforme já referido, a implementação do ACTION/Portugal na Guiné-Bissau tem sido prejudicada pelas frequentes mudanças de governos decorrentes da instabilidade política existente desde agosto de 2015. Assim, a equipa do projeto, em coordenação com o escritório da OIT-Dakar, optou por realizar apenas atividades direcionadas à vertente técnica, evitando desta forma os constrangimentos de validação política e tomada de decisão e autorização por parte da tutela.

Neste quadro, realizou-se em 2016, um seminário de sensibilização tendo em vista a extensão da cobertura do sistema de proteção social aos grupos de difícil cobertura, particularmente direcionado para o seguro social. Na sequência deste seminário foi constituído um grupo de trabalho para abordar algumas das conclusões suscitadas pela atividade formativa.

Os Técnicos da Guiné-Bissau participaram nas ações formativas multi-países realizadas pelo CIF-OIT em Cabo Verde e Turim.

4.4.4. Moçambique

A intervenção do ACTION em Moçambique tem-se centrado em torno de dois campos principais de intervenção: (i) extensão da cobertura aos grupos de difícil cobertura e (ii) o acesso universal aos cuidados de saúde.

A implementação do projeto conta com a colaboração permanente de um Especialista da OIT em Proteção Social e têm-se realizado, no essencial, as atividades programadas.

4.4.5. São Tomé e Príncipe

Este pequeno país insular (com 190 300 habitantes⁶ e uma superfície de 964 km²) em que a proteção social pública abrange um número limitado de pessoas, tem beneficiado do apoio do projeto ACTION/Portugal na elaboração do Plano Operacional da Estratégia Nacional de Proteção Social, no Diagnóstico organizacional e funcional da Direção de Proteção Social e Solidariedade e no reforço da capacidade dos seus técnicos, na extensão da Segurança Social a grupos de difícil cobertura e no reforço da Proteção Social na Saúde.

O apoio do projeto é materializado através da participação de Técnicos nacionais nas ações formativas disponibilizadas e do apoio da Especialista baseada em Cabo Verde.

4.4.6. Timor-Leste

Timor-Leste é um jovem país em que o início do projeto coincidiu com o estabelecimento de um sistema de proteção social nacional.

Entre as principais atividades, para além das ações formativas de Técnicos e Responsáveis nacionais realizadas, destacam-se o apoio à realização do exercício de Diálogo Nacional Baseado na Avaliação (DNBA), à aprovação da Estratégia Nacional de Proteção Social (ENPS) e à elaboração do Plano de Ação de Curto Prazo e do PRODOC de Médio e Longo Prazo para o Desenho, Desenvolvimento,

⁶ Fonte: Banco Mundial / Ano: 2015.

Operacionalização e Monitorização e Avaliação da instituição gestora da segurança social.

O projeto, não obstante os seus limitados recursos, tem dado um constante apoio aos esforços nacionais nesta área, quer através da organização de atividades formativas e de sensibilização quer da prestação de apoio técnico ao Ministério da Solidariedade Social (MSS).

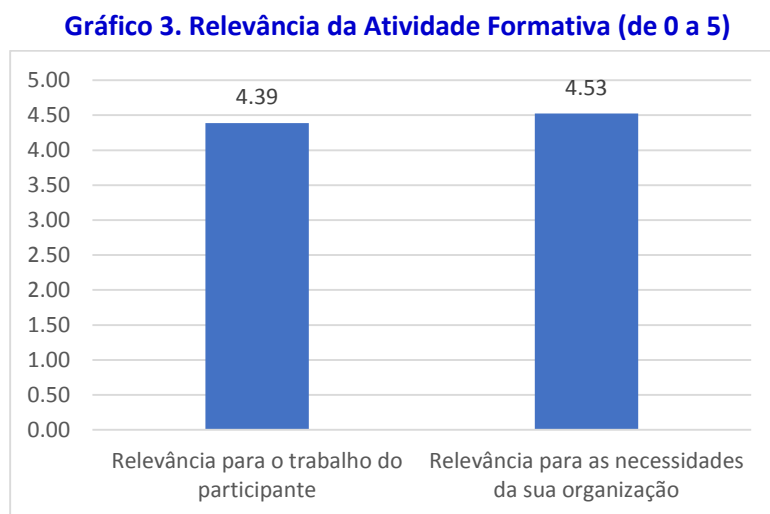
Desde março de 2016, o projeto dispõe de um Consultor baseado em Timor-Leste que, apesar das limitações de recursos face aos desafios colocados pela “juventude” do país e pelos primeiros passos que dá no domínio da proteção social, tem cumprido com os planos de trabalho estabelecidos.

4.5. Interpretação dos dados

Com base na análise da documentação disponibilizada, dos questionários respondidos pelos participantes no final de cada atividade formativa (QFA), nas respostas aos questionários preparados para esta avaliação e das entrevistas mantidas com pessoas-recurso (da OIT e das instituições nacionais envolvidas no projeto), é possível analisar a relevância, a eficiência, a eficácia, o impacto e a sustentabilidade, até ao momento, do projeto “ACTION/Portugal”.

4.5.1. Relevância

O projeto foi avaliado como relevante, tanto ao nível do seu desenho como dos processos de implementação, a partir das informações coletadas nos questionários realizados nesta avaliação e das respostas dadas nos QFA. A relevância das atividades do projeto ACTION foi avaliada, a partir das informações coletadas nesta avaliação, a partir das respostas aos QFA às questões “correspondência da formação para o desempenho do participante e para as necessidades da instituição”.

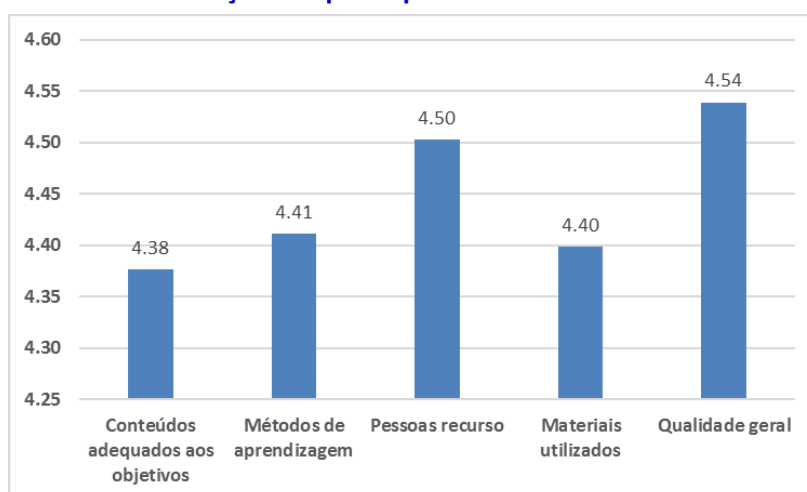


Verifica-se que as atividades formativas foram relevantes tanto para os participantes como para as necessidades das organizações a que pertencem.

4.5.2. Eficiência

Como a eficiência está relacionada com custos e a forma como se implementaram as atividades, dada a natureza e os meios disponibilizados para esta avaliação intermédia (não incluindo deslocações aos países beneficiários), tomaram-se como base para este indicador a avaliação atribuída pelos participantes nas atividades formativas aos seguintes parâmetros: Adequação dos conteúdos aos objetivos, Métodos de aprendizagem, Pessoas-recurso, Materiais utilizados e Qualidade geral da atividade.

Gráfico 4. Avaliação dos participantes nas atividades formativas

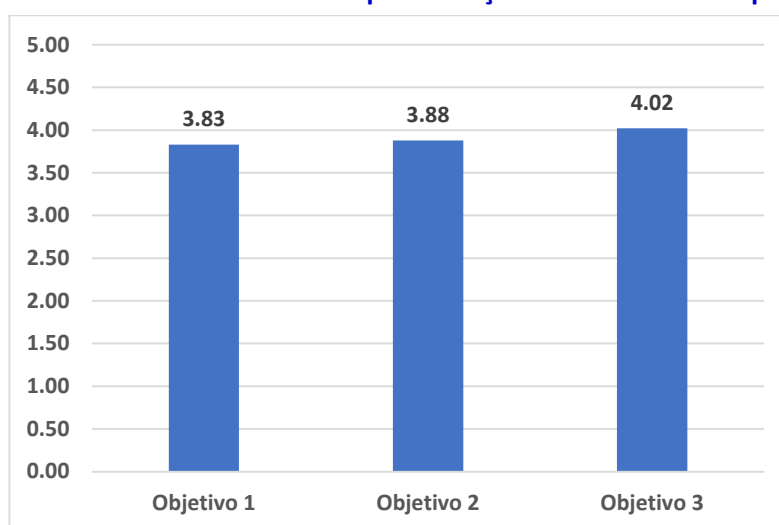


Em conclusão, os participantes nas atividades formativas avaliaram muito positivamente os parâmetros usados para avaliar a eficiência do projeto nas ações formativas implementadas.

4.5.3. Eficácia

Para avaliar a eficácia da implementação do projeto até ao momento, tomou-se como base a avaliação atribuída pelos Técnicos e Gestores nacionais à implementação das atividades previstas para atingir cada um dos seus objetivos.

Gráfico 5. Médias atribuídas à implementação das atividades do projeto



Atendendo a que se trata de uma avaliação intermédia, considera-se que a avaliação dos Técnicos e Gestores nacionais do nível de implementação das atividades referentes a cada objetivo imediato é claramente positiva.

4.5.4. Impacto

A melhor via para avaliar o impacto atual do projeto seria através da análise de parâmetros que evidenciassem a evolução da cobertura dos sistemas de proteção social nos diferentes países destinatários. Nesta linha seria efetuada uma comparação entre os valores desses parâmetros no início do projeto e o que se verifica atualmente, podendo a respetiva variação ser ou não suscitada pela implementação do projeto (o que subentenderia uma análise para identificar eventuais fatores externos afetando esses parâmetros).

Contudo, dada a dificuldade em obter dados atuais sobre esses parâmetros, foi considerado que, face à natureza de avaliação intermédia deste exercício, se poderia prescindir dessa análise. Assim, para

estimar o potencial impacto atual do projeto identificaram-se, em cada país, as 3 principais realizações para as quais o projeto contribuiu. A tabela seguinte inclui essas realizações.

Tabela 7. Principais realizações do Projeto por País

| País | Realização |
|----------------------------|--|
| ANGOLA | Realização da formação “Sistema de Protecção Social em Angola: Estratégias para a Protecção Social na senda dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável”. |
| | Participação de Técnicos nacionais nos Seminários “Reforço dos Sistemas de Protecção Social nos PALOP e Timor-Leste” (Turim) e “Como desenvolver e implementar a Carta Social em Angola, Cabo Verde e Moçambique: Seminário e Visitas de Estudo” (Lisboa). |
| CABO VERDE | Apoio técnico do projeto para a conclusão do Plano Estratégico do INPS 2017-2019. |
| | Apoio técnico na implementação de novos instrumentos de gestão e de informação ao nível não contributivo – Cadastro Social Único – desde a dimensão da planificação, diplomas legais até ao aplicativo informático. |
| | Apoio técnico permanente à Direcção-Geral de Inclusão Social e ao CNPS na implementação de novas políticas/medidas de protecção social. |
| GUINÉ-BISSAU | Realização da ação “Diálogo Social sobre o Sistema de Protecção Social na Guiné-Bissau”. |
| | Realização da ação “Seminário de apresentação e consolidação dos resultados do diagnóstico sobre extensão da cobertura do sistema de protecção social aos grupos de difícil cobertura”. |
| | Participação de Técnicos nacionais no “Seminário sobre o Reforço dos Sistemas de Protecção Social nos PALOP e Timor-Leste” (Turim). |
| MOÇAMBIQUE | Apoio ao estabelecimento e funcionamento do “Grupo de Trabalho interinstitucional” sobre o “Financiamento do Acesso Universal à Saúde em Moçambique” (sob a liderança do MISAU e da OIT). |
| | Apoio técnico, capacitação e sensibilização na extensão da protecção social aos grupos de difícil cobertura e no acesso universal aos cuidados de saúde. |
| | Realização das atividades formativas “Sistema de Protecção Social em Moçambique: Caminho percorrido e desafios para o futuro” (2015), “Protecção Social na Saúde: Financiamento do Acesso Universal à Saúde em Moçambique”, “Estratégias para a Extensão da Protecção Social a Grupos de Dificil Cobertura em Moçambique” e “Protecção Social na Saúde em Moçambique: Proposta de um Sistema de Segurança universal de Saúde (todas em 2016) e “Seminário sobre a extensão da cobertura aos grupos de difícil cobertura” (2017). |
| SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE | Apoio técnico à Direcção da Protecção Social e de Solidariedade (DPSS) juntamente com outros parceiros. |
| | Apoio técnico à finalização do Plano Operacional da Estratégia Nacional de Protecção Social e sua divulgação. |
| | Assistência técnica ao Instituto Nacional de Segurança Social (INSS). |
| TIMOR-LESTE | Realização de um exercício de “Diálogo Nacional Baseado num processo de Avaliação” - (DNBA). |
| | Assistência técnica no processo de elaboração de uma Estratégia Nacional de Protecção Social. |
| | Apoio à aprovação e início da implementação do novo Regime Contributivo da Segurança Social. |

Da análise das realizações acima referidas pode constatar-se um impacto extremamente positivo da atividade do projeto nos sistemas de protecção social dos países beneficiários do seu apoio, apesar do contexto menos favorável e/ou dos pedidos de adiamento de atividades verificados na Guiné-Bissau e em Angola.

4.5.5. Sustentabilidade

O projeto tem criado condições que assegurem a permanência no tempo dos impactos que tem suscitado. Em particular, devem referir-se dois efeitos que permitem justificar que o projeto está no bom caminho para assegurar a sua sustentabilidade:

- Ao nível institucional, a participação de 571 Técnicos e Gestores nacionais e membros dos diferentes constituintes tripartidos da OIT (governo, organizações de trabalhadores e empregadores) de todos os países beneficiários contribui, para além da assistência técnica permanente proporcionada pelos Especialistas da OIT baseados em Cabo Verde, Moçambique e Timor-Leste, para a melhoria das instituições públicas e não governamentais intervenientes no domínio da proteção social em cada país.
- Ao nível político, a intervenção do projeto tem contribuído para colocar na ordem do dia a importância do reforço dos sistemas de proteção social, considerando-os essenciais para o combate à pobreza e a promoção da inclusão social. Esta atualidade da crescente importância da proteção social pode ser confirmada pelas sucessivas declarações subscritas nas reuniões dos Ministros do Trabalho e dos Assuntos Sociais da CPLP⁷.

Naturalmente a sustentabilidade do projeto será assegurada com a plena implementação dos diferentes instrumentos políticos que têm sido aprovados e dependerá da própria evolução futura da situação política, económica e social de cada um dos países, para além do empenho dos responsáveis nacionais (todas estas variáveis estão completamente fora do controlo do atual projeto e da sua equipa de gestão).

4.6. Propostas para melhorar o desempenho do projeto

Neste subcapítulo, citam-se, de forma sintética, as principais sugestões formuladas nos questionários e entrevistas realizados pelos Técnicos/Gestores envolvidos no projeto (nacionais e da OIT) para melhorar o desempenho do ACTION/Portugal.

Por limitações de espaço, apenas se referirão as consideradas mais importantes, podendo, no entanto, consultar-se as respostas detalhadas sobre estes temas incluídas nos anexos⁸.

Ao nível do objetivo imediato 1

- *A falta de envolvimento das entidades empregadoras nas discussões tripartidas e divulgação de análises legais para promover a adoção das convenções da OIT sobre Segurança Social.*
- *Aumentar a disponibilidade de meios financeiros e o envolvimento de todos na execução e partilha de informações.*
- *Dificuldade em motivar e promover o envolvimento dos representantes dos empregadores.*
- *Incrementar a realização de discussões tripartidas em matéria de proteção social.*
- *Melhorar o envolvimento das pessoas chave para o processo decisório em matéria de proteção social.*

Ao nível do objetivo imediato 2

- *A OIT deve continuar a manter a política de diálogo com os parceiros nacionais e continuar a demonstrar o interesse num trabalho conjunto com as instituições nacionais.*
- *Aperfeiçoar o seguimento das formações e a sua réplica nas instituições.*
- *Insistir mais na redução das desigualdades de género, ou seja, reforçar as capacidades para que sejam detetadas e eliminadas as desigualdades de género no domínio da Proteção Social.*
- *Melhorar a organização dos serviços para darem respostas em tempo útil e diminuir a burocracia nas instituições.*

⁷ Ver Declaração de Tíbar (Timor-Leste) aprovada na XIII Reunião dos Ministros do Trabalho e dos Assuntos Sociais da CPLP, realizada de 30 de abril a 1 de maio de 2015, disponível em http://www.cplp.org/Files/Filer/cplp/redes/trabSolidSocial/DECLARA%C3%87AO-TIBAR_APROVADA.pdf

⁸ Resumo das sugestões dos inquiridos retirado dos anexos 8 e 9 deste relatório.

- *Ultrapassar as dificuldades de realização de atividades ligadas aos planos, programas e políticas para estender a cobertura da proteção social através dos seus quadros legais e dos dos planos governamentais.*
- *Viabilizar um plano de longo prazo para a assistência técnica da OIT à criação e implementação do regime contributivo de segurança social em Timor-Leste.*

Ao nível do objetivo imediato 3

- *Aperfeiçoar a seleção dos participantes nas atividades formativas e fazer chegar informação preliminar a cada um deles antes da realização das atividades.*
- *Divulgar o calendário de formações no início do ano para facilitar a disponibilidade dos técnicos nacionais, dando-lhes mais tempo para se programarem para essas atividades formativas.*
- *Envolver mais os parceiros nacionais no processo de preparação e disseminação dos produtos de conhecimento, buscando os seus contributos e experiência da realidade dos países destinatários.*
- *Fazer formações teórico-práticas com exemplos de proteção social do terreno.*
- *Incrementar a produção de plataformas audiovisuais.*
- *Melhorar a seleção de consultores, a pesquisa de informação e dados atualizados e as inerentes especificidades do foro administrativo.*

Ao nível geral

- *A OIT deve continuar a manter a política de diálogo com os parceiros nacionais e continuar a demonstrar o interesse num trabalho conjunto com as instituições nacionais.*
- *A OIT deve intervir junto dos governos e países com dificuldades de cumprimento para encontrar uma forma para que os objetivos do atual projeto possam ser efetivamente alcançados.*
- *Adotar um nível mais micro/nacional de atividades que não apenas os planos anuais, para ter em conta as especificidades/realidades/necessidades de cada país, visto que dos 6 países que o projeto abrange existem níveis completamente díspares de desenvolvimento dos sistemas de proteção social.*
- *Assegurar uma maior presença do projeto nos países.*
- *Continuar a investir no reforço das capacidades dos quadros das instituições de Proteção Social, reforçar as parcerias existentes e/ou criar novas parcerias, advogar para a estabilização dos quadros, maior alocação de recursos financeiros e uma maior atenção à proteção social.*
- *Devem-se efetuar mais formações e seminários nacionais e regionais, visando potenciar o acesso ao conhecimento e capacidade dos atores da Proteção Social, quer a nível nacional quer a nível regional.*
- *Numa próxima fase do projeto, poder-se-ia pensar de forma mais integrada, envolvendo logo os intervenientes nacionais para que os objetivos estejam mais coordenados/relacionados em termos macro e micro, tendo em conta que a não presença no terreno limita a intervenção e o impacto.*
- *Partilhar toda a informação útil e funcional sobre o projeto: objetivos e resultados esperados, atividades previstas, prazos, grupos de referência, partes interessadas, recursos (humanos, materiais, financeiros, de conhecimento e de tempo) à disposição do projeto e dos países, responsabilidades e tarefas definidas para os países. Definir uma estratégia de comunicação viável e regular entre a OIT - equipa do projeto e os países que envolva, emails, telefone,*

WhatsApp, entre outros. Finalmente, a definição de uma estratégia de apoio (assistência técnica) aos países e de monitorização e avaliação por parte da equipa do projeto.

- *Relacionamento mais próximo com os níveis mais altos do governo para auxiliar a aceleração do andamento de algumas atividades.*
- *Repensar a distribuição do orçamento e/ou o número de países a abranger para permitir que a intervenção possa, de facto, ter um impacto ao nível do desenvolvimento/reforço dos sistemas de proteção social dos países. A presença física no terreno é essencial para um acompanhamento mais efetivo e com melhores resultados.*

5. Conclusões

A implementação do projeto ACTION/Portugal, no período coberto pela avaliação intermédia, pode ser considerada, no essencial, como muito positiva face aos seus objetivos de desenvolvimento e imediatos, resultados previstos e atividades programadas, não obstante a diversidade dos países a que se destina.

Na realidade, os seis países destinatários do projeto apresentam realidades distintas quer ao nível do seu contexto político, económico, social e cultural quer do estado atual de desenvolvimento dos seus sistemas de proteção social e da disponibilidade e empenho dos seus responsáveis na implementação das atividades do projeto. Tal diversidade de situações, de contextos e de disponibilidade das autoridades nacionais tem sido tida em conta pelo projeto e suscitado adaptações que têm permitido ultrapassar alguns dos desafios colocados.

Em particular, a Guiné-Bissau pela sua instabilidade política e pelas sucessivas mudanças de governo e Angola, pelo sucessivos adiamentos e cancelamentos de atividades que as suas autoridades têm solicitado, constituem países em que o desenvolvimento do projeto tem sido prejudicado, por razões totalmente alheias aos gestores do ACTION/Portugal.

O início das atividades do projeto foi muito bem concebido através da realização, em cada um dos países, de um exercício de diálogo social sobre o estado do sistema nacional de proteção social e que teve como objetivos:

- i) Apresentar os objetivos e a estrutura do projeto ACTION/Portugal;
- ii) Transmitir os objetivos estratégicos que a OIT e a ONU pretendem atingir com o Programa Mundial dos Pisos de Proteção Social e com a Recomendação 202, que nortearam o trabalho realizado no decorrer de todo o Projeto; e
- iii) Efetuar um levantamento e um diagnóstico das necessidades de assistência técnica e de formação mediante um processo de diálogo social a nível nacional sobre a realidade nacional do sistema de proteção social.

As conclusões deste exercício orientaram todas as atividades do projeto a partir de 2016 e constituíram uma base sólida e adaptada às especificidades de cada país para todas as subsequentes programações das atividades.

Ao nível da componente geral têm sido realizadas as atividades previstas centradas sobretudo na coordenação do projeto, na prestação de assistência técnica e no acompanhamento e monitorização das atividades a nível nacional, na preparação de Relatórios de Progresso (2015 e 2016) e de Planos de Ação (2016 e 2017), na elaboração de documentos de trabalho para atividades de formação em extensão da abrangência da segurança social aos grupos de difícil cobertura no quadro das políticas de formalização e de proteção social na saúde e de documentos técnicos em língua portuguesa (produção de novos estudos e traduções de documentos da OIT para a língua portuguesa).

A equipa de gestão aproveitou fontes de recursos adicionais para complementar o projeto, o que tem sido essencial para a realização de missões, reforço da assistência técnica em alguns países, produção de materiais e realização de reuniões com os parceiros nacionais e internacionais. A contribuição em género, através da dedicação de tempo de recursos humanos financiados pelo orçamento regular da OIT à gestão e implementação de atividades do projeto evidencia o compromisso da OIT com o sucesso do ACTION/Portugal.

A seleção de estudos e notas técnicas, decorrentes de experiências internacionais, que têm sido traduzidos para língua portuguesa servem permanentemente como materiais didáticos e de consulta técnica a todas as pessoas envolvidas nos processos de gestão da proteção social no quadro da CPLP.

No domínio da componente de formação foram realizadas 21 atividades formativas, com um total de 571 participantes dos PALOP e de Timor-Leste, em estreita colaboração com o CIF-Turim. A avaliação global dos participantes nessas atividades é muito positiva: uma média global dos diferentes parâmetros avaliados de 4,27 e com 86% dos participantes a atribuírem aos diferentes itens uma nota de 4 e 5 (numa escala de 1 a 5). As atividades formativas têm constituído um espaço de diálogo e de partilha de experiências, para além de proporcionarem boas oportunidades para os Especialistas da OIT interagirem com os interlocutores dos países destinatários do Projeto e compreenderem quais as suas necessidades, os desafios em cada país e as prioridades em termos de áreas de intervenção.

A presença dos membros da equipa ACTION/Portugal nos PALOP e Timor-Leste têm sido fulcrais para o diálogo permanente com os parceiros nacionais e para a concretização dos objetivos delineados no âmbito do projeto. Esta proximidade facilita e promove a boa implementação das atividades e, dada a composição tripartida da OIT, sempre que possível, os governos e as organizações de trabalhadores e empregadores têm sido envolvidos nas atividades do projeto.

Ao nível de Cabo Verde, Moçambique e Timor-Leste, onde o projeto dispõe de especialistas baseados localmente, as atividades decorrem como planificado e são largamente apreciadas pelos constituintes tripartidos da OIT. Este trabalho de assistência técnica permanente é muito importante para o fortalecimento das instituições nacionais, o reforço do tripartismo e do diálogo social. Desta forma, o ACTION/Portugal contribui para a promoção do desenvolvimento social e económico e para a melhoria da governação e da sustentabilidade dos sistemas de proteção social.

No caso particular de Timor-Leste (um jovem país onde o lançamento do seu sistema de proteção social está ainda numa fase inicial) e eventualmente de outros países dos PALOP justifica-se um alargamento da assistência da OIT face aos desafios colocados pelo estado atual da proteção social e pela vantagem comparativa que a OIT possui resultante do seu conhecimento e experiência de trabalho em países e contextos relativamente similares ao de Timor-Leste e dos PALOP.

Relativamente a Angola e à Guiné-Bissau, um aprofundamento das atividades estará naturalmente dependente da evolução da sua situação interna e do empenho que as respetivas autoridades demonstrem em termos do seu envolvimento no projeto. Contudo, deve salientar-se a importância que a participação de Técnicos e Gestores nacionais nas atividades regionais de formação e de troca de experiências tem tido e poderá continuar a ter para o desenvolvimento dos seus sistemas de proteção social e, em particular, na extensão da proteção social aos grupos de difícil cobertura e no acesso universal aos cuidados de saúde. De realçar que uma intervenção pensada desta forma terá de estar necessariamente associada a níveis superiores de financiamento, que o atual projeto não possui.

6. Lições aprendidas

Entre as lições aprendidas, devem destacar-se os principais aspetos positivos resultantes da implementação até ao momento do ACTION/Portugal, assim como os principais desafios enfrentados.

Entre os aspetos positivos evidenciados pela implementação do projeto, podem destacar-se:

- Uma visão conjunta da situação dos sistemas de proteção social nos países beneficiários e uma melhor partilha da informação, dos conhecimentos e de experiências internacionais relevantes entre os atores nacionais no domínio da proteção social.
- Uma adequada planificação das atividades, traduzida em planos de ação anuais que permitem avaliar de forma sistemática o avanço real do projeto e envolver os constituintes nacionais da OIT nas realizações do projeto.
- O grande interesse e alto nível de envolvimento por parte dos constituintes tripartidos na cooperação no âmbito do ACTION/Portugal.
- A coordenação estabelecida com o GEP do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social de Portugal, salientando-se a mais-valia do apoio e participação dos representantes das instituições portuguesas nos seminários de formação implementados.
- O envolvimento das representações diplomáticas de Portugal nos seminários realizados nos países destinatários.
- A boa articulação a todos os níveis entre a equipa da OIT (Genebra, Turim, Escritórios regionais e sub-regionais, PALOP e Timor-Leste).
- O alinhamento das atividades do CIF/OIT com o trabalho de assistência técnica realizado nos diversos países.
- A capacidade do projeto para responder a solicitações pontuais e não previstas das instituições nacionais no domínio da proteção social.
- O empenho na procura de sinergias entre o ACTION/Portugal e as intervenções de outras agências das Nações Unidas e de outros parceiros internacionais (bi e multilaterais).
- A integração plena do projeto no “Programa Mundial para Construir Pisos de Proteção Social para Todos” visando apoiar os países na construção de pisos de proteção social (PPS), enquanto garantias de proteção social básica para todos, através do desenvolvimento de capacidades para planear, conceber, implementar e operar regimes e sistemas apropriados ao contexto de cada país.
- Os esforços para promover a articulação entre as instituições dos sistemas de proteção social (instituições governamentais do Trabalho e Solidariedade, da Ação Social e da Saúde e não governamentais, tais como os representantes de empregadores e de trabalhadores).
- O bom nível de satisfação das instituições e dos países com as atividades realizadas, tal como foi demonstrado pelas respostas aos questionários preparados nesta avaliação e pelas entrevistas realizadas.
- A produção de estudos, documentos técnicos e vídeos ou documentários em língua portuguesa, disponíveis não apenas para os países destinatários do projeto, mas para toda a comunidade lusófona.
- A criação de dinâmicas de Cooperação Sul-Sul entre os países lusófonos na partilha de conhecimentos e de experiências (PALOP e Timor-Leste).

Entre os desafios encontrados, salientam-se:

- A impossibilidade de realizar atividades devido a condicionamentos político-institucionais a nível nacional – instabilidade política na Guiné-Bissau, mudança de Ministro do Emprego e Assuntos Sociais e atraso na nomeação dos novos membros do Conselho Nacional de Proteção Social em São Tomé e Príncipe e solicitação de adiamento de atividades por parte de Angola.
- As dificuldades em realizar ou desenvolver atividades nos países onde não existe a presença física de um Escritório ou de um Especialista da OIT ou quando essa presença é insuficiente em termos de recursos disponíveis (como, por exemplo, é o caso de Timor-Leste).
- A gestão das expectativas por parte dos países beneficiários e das respostas possíveis de serem dadas com os limitados recursos do projeto face aos grandes desafios e ao número de países destinatários (6).
- Os níveis muito diferentes de desenvolvimento dos sistemas de proteção social nos vários países beneficiários e a consequente necessidade de trabalhar, em simultâneo, a níveis muito diversificados.
- A complexa e por vezes quase inexistente articulação entre as várias instituições implicadas nos sistemas de proteção social que dependem de diferentes tutelas (mais pronunciada em alguns países).
- A burocracia institucional e as questões políticas a nível nacional (p. ex. eleições, mudança de governantes e responsáveis nacionais, alterações institucionais, elevado tempo de decisão política, etc.).
- A escassez, em alguns países, de recursos humanos e financeiros para que possam implementar oportunamente as atividades suscitadas pelas iniciativas desenvolvidas pelo projeto.
- As dificuldades em fazer chegar informação prévia diretamente aos beneficiários das atividades de formação. Sendo o conhecimento de informação clara e completa sobre as atividades formativas essencial para o seu sucesso, é desejável que os nomes e contactos dos participantes propostos sejam disponibilizados com antecedência para que possam receber e analisar informação prévia sobre a ação, aumentando a probabilidade de satisfazer as expectativas e necessidades dos participantes, para além de contribuir para a formação de grupos mais homogéneos.
- Dificuldade em garantir um maior equilíbrio em termos de género nas atividades de formação, embora se deva ter consciência que este problema, na grande maioria das instituições nacionais, é de natureza estrutural (dada a sub-representação das mulheres nela existente), estando a sua resolução relativamente fora do alcance dos promotores deste tipo de projeto.
- Insuficiente conhecimento dos objetivos, resultados e atividades do projeto em instituições intervenientes em domínios da proteção situados fora do mandato dos ministérios do Trabalho nacionais (Saúde, Ação Social, etc.), por dificuldades de comunicação existentes entre elas.

7. Boas práticas

No que se refere a identificar um conjunto de procedimentos que possam ser caracterizados como boas práticas, é possível referir o seguinte:

- Logo nos primeiros meses do projeto, a realização, em cada um dos países, de um exercício de diálogo social sobre o estado do sistema nacional de proteção social foi crucial para criar boas bases para as atividades do projeto e para envolver os parceiros nacionais desde o início.

Estes primeiros seminários a nível nacional conseguiram:

(i) apresentar os objetivos e a estrutura do projeto;

(ii) transmitir os objetivos estratégicos que a OIT e a ONU visam atingir com o Programa Mundial dos Pisos de Proteção Social e com a Recomendação 202; e

(iii) efetuar um levantamento e um diagnóstico das necessidades de assistência técnica e de formação mediante um processo de diálogo social a nível nacional sobre a realidade nacional do sistema de proteção social.

- A boa articulação a todos os níveis entre a equipa da OIT (Genebra, Turim, Escritórios regionais e sub-regionais, PALOP e Timor-Leste) permitiu uma coordenação mais eficiente do projeto bem como a manutenção de um nível adequado de alinhamento das atividades do CIF/OIT com o trabalho de assistência técnica realizado nos diversos países beneficiários do projeto.
- Em termos de gestão do conhecimento e estratégia de comunicação, a equipa do projeto ACTION/Portugal produziu e difundiu documentos de natureza diversa tais como resumos técnicos, notas técnicas e estudos técnicos, e preparou a versão portuguesa de vários documentos (estudos, notas técnicas, resumos técnicos), baseados em experiências internacionais bem-sucedidas, bem como a produção e adaptação de vídeos divulgados na Plataforma de Proteção Social da OIT e no CIPS.

8. Recomendações

As principais recomendações e sugestões a formular na sequência da avaliação efetuada são as seguintes:

- i) Como os resultados apresentados neste relatório são significativamente positivos para a generalidade dos aspetos cobertos por esta avaliação, dever-se-iam fazer todos os esforços para manter os atuais padrões de qualidade na etapa final da sua implementação, continuando a planificar as atividades formativas em função da assistência técnica disponibilizada em cada país, aperfeiçoando o seguimento das formações e a sua réplica nas instituições.
- ii) Aprimorar a informação preliminar sobre as atividades formativas, por exemplo através da recolha antecipada dos nomes dos participantes indicados por cada país e estabelecendo uma comunicação direta com os mesmos, fornecendo-lhes previamente todos os detalhes sobre a ação em que irão participar, divulgando – sempre que possível - o calendário de formações no início de cada ano para facilitar a disponibilidade dos técnicos nacionais, proporcionando-lhes assim tempo para se programarem devidamente para essas atividades formativas.

| Unidades Responsáveis | Prioridade | Questões temporais | Esforço Financeiro |
|-----------------------|------------|--------------------|--------------------|
| CIF-OIT; SOCPRO | Média | dezembro de 2018 | Reduzido |

- iii) Melhorar o envolvimento das pessoas chave no processo decisório nacional em matéria de proteção social, intervindo junto dos governos e países com dificuldades para identificar as vias possíveis para que os objetivos do projeto possam ser efetivamente alcançados.

| Unidades Responsáveis | Prioridade | Questões temporais | Esforço Financeiro |
|-----------------------|------------|--------------------|--------------------|
| CIF-OIT; SOCPRO | Média | dezembro de 2018 | Reduzido |

- iv) Promover uma maior sensibilização dos representantes de trabalhadores e de empregadores sobretudo na importância da área não contributiva para a luta contra a pobreza e pela inclusão (por exemplo através do envolvimento de ACT/EMP e ACTRAV em algumas atividades formativas) e incrementar a realização de discussões tripartidas em matéria de proteção social.

| Unidades Responsáveis | Prioridade | Questões temporais | Esforço Financeiro |
|-----------------------|------------|--------------------|--------------------|
| CIF-OIT; SOCPRO | Média | dezembro de 2018 | Reduzido |

- v) Avaliar ao nível dos escritórios da OIT envolvidos em mais de um país no ACTION/PORTUGAL (Dakar e Yaoundé) se os recursos eventualmente disponíveis no projeto podem reforçar as atividades em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe.

| Unidades Responsáveis | Prioridade | Questões temporais | Esforço Financeiro |
|-----------------------|------------|--------------------|--------------------|
| CIF-OIT; SOCPRO | Média | dezembro de 2018 | Reduzido |

- vi) Manter o contacto com o INSS da Guiné-Bissau, convidando os seus representantes para participarem em eventuais ações formativas que sejam realizadas ao nível regional, para além de convidar técnicos angolanos para atividades formativas ao nível regional e analisar a possibilidade de incluir, em 2018, algumas ações de apoio técnico no domínio da extensão da proteção social aos grupos de difícil cobertura.

| Unidades Responsáveis | Prioridade | Questões temporais | Esforço Financeiro |
|-----------------------|------------|--------------------|--------------------|
| CIF-OIT; SOCPRO | Média | dezembro de 2018 | Reduzido |

- vii) Continuar a boa colaboração com outras iniciativas de ajuda ao desenvolvimento dos sistemas de proteção social (bi ou multilaterais), procurando sempre a geração de sinergias, a complementaridade e a não duplicação de esforços.

| Unidades Responsáveis | Prioridade | Questões temporais | Esforço Financeiro |
|-----------------------|------------|--------------------|--------------------|
| CIF-OIT; SOCPRO | Média | dezembro de 2018 | Reduzido |

- viii) Estimular, não obstante os problemas estruturais nesse domínio, a participação de uma maior percentagem de mulheres nas atividades do projeto e reforçar o tratamento das questões de género nos manuais e documentos de apoio às atividades formativas e insistir mais na superação das desigualdades de género (ou seja, reforçar as capacidades para que sejam detetadas e eliminadas as desigualdades de género ao nível das políticas e estratégias e programas no domínio da Proteção Social).

| Unidades Responsáveis | Prioridade | Questões temporais | Esforço Financeiro |
|-----------------------|------------|--------------------|--------------------|
| CIF-OIT; SOCPRO | Média | dezembro de 2018 | Reduzido |

- ix) Melhorar a disseminação dos produtos de conhecimento aos técnicos nacionais, fomentando a utilização do CIPS e do espaço do projeto ACTION/Portugal no Facebook para uma maior divulgação desses produtos.

| Unidades Responsáveis | Prioridade | Questões temporais | Esforço Financeiro |
|-----------------------|------------|--------------------|--------------------|
| CIF-OIT; SOCPRO | Média | dezembro de 2018 | Reduzido |

- x) Atendendo à situação particular de Timor-Leste (e, eventualmente, de outros países beneficiários), preparar documentos de projeto complementares ao ACTION/Portugal e mobilizar financiamento para o mesmo junto de potenciais parceiros da OIT, que pudesse garantir um reforço dos recursos atualmente disponíveis na assistência técnica e material ao desenvolvimento do sistema de proteção social.

| Unidades Responsáveis | Prioridade | Questões temporais | Esforço Financeiro |
|-----------------------|------------|-------------------------|--------------------|
| CIF-OIT; SOCPRO | Baixa | Pós- ACTION/Portugal | Reduzido |

9. Anexos

1. *Termos de referência para a avaliação intermédia do projeto “ACTION/Portugal”*
2. *Documentação consultada*
3. *Lista das pessoas inquiridas e/ou contactadas*
4. *Relatório inicial/ “Inception Report”*
5. *Questionário aos Técnicos/Gestores nacionais ligados ao projeto*
6. *Questionário aos Técnicos da OIT intervenientes nas atividades do projeto*
7. *Balanço das atividades já realizadas em 2017*
8. *Resultados dos Questionários Técnicos/Gestores nacionais ligados ao projeto*
9. *Resultados dos Questionários aos Técnicos da OIT intervenientes no projeto*
10. *Resultados dos Questionários de Final de Atividade Formativa*
11. *Principais Lições Aprendidas (Formato OIT)*
12. *Principais Boas Práticas emergentes do Projeto (Formato OIT)*